



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

3.º TRIMESTRE DE 2015



Abril de 2016



FICHA TÉCNICA

“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 3.º Trimestre de 2015”

é uma publicação da

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público do Estado

Presença na Internet: www.utam.pt

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre da autoria do pintor Joaquim Rebocho (1950-54)
“O conjunto simboliza as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas.”



Índice

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	7
2	ENQUADRAMENTO	9
3	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	10
3.1.	Resultado Líquido	10
3.2.	Endividamento	13
3.3.	EBITDA	16
3.4.	Volume de Negócios	19
3.5.	Gastos Operacionais	22
3.6.	Prazo Médio de Pagamentos	26
4	CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015	28
5	ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO	30
5.1.	Liquidez	30
5.2.	Rentabilidade	32
5.3.	Endividamento	34
6	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	36
7	RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	41
8	UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	43
	ANEXOS	46
A.	EMPRESAS CONSIDERADAS	46
B.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	48
C.	LEGISLAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DO SEE	65



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Setores de atividade	9
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	10
Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade	13
Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade	16
Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	19
Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	22
Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade	24
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2014 e setembro 2015)	26
Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.....	28
Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de setembro de 2015	29
Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	30
Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	32
Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	34
Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade	37
Tabela 15 – Carteira de derivativos da Parpública.....	37
Tabela 16 – Variação dos IGRF, por setor de atividade.....	38
Tabela 17 – Análise de sensibilidade a choque das curvas <i>swap</i> EUR e USD.....	39
Tabela 18 – Resultado Líquido por empresa.....	48
Tabela 19 – Endividamento por empresa	51
Tabela 20 – EBITDA por empresa	54
Tabela 21 – CMVMC por setor de atividade	57
Tabela 22 – FSE por setor de atividade	57
Tabela 23 – Gastos com Pessoal por setor de atividade	58
Tabela 24 – Cultura: estatísticas descritivas	59
Tabela 25 – Gestoras de Patrimônio: estatísticas descritivas	59
Tabela 26 – Comunicação: estatísticas descritivas.....	60
Tabela 27 – Saúde: estatísticas descritivas	60
Tabela 28 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	61
Tabela 29 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas	61
Tabela 30 – Administração Pública: estatísticas descritivas	62
Tabela 31 – Agricultura e pescas: estatísticas descritivas.....	62
Tabela 32 – Construção: estatísticas descritivas.....	63
Tabela 33 – Indústrias transformadoras: estatísticas descritivas	63
Tabela 34 – Transportes e armazenagem: estatísticas descritivas	64



Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido	11
Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento	14
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA.....	17
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios	20
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais	23
Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (setembro 2014 – setembro 2015)	26
Figura 7 – Distribuição do PMP em setembro de 2015.....	27
Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2015	29
Figura 9 – Evolução de taxa <i>swap</i> EUR a 10 anos e de <i>swaption</i> 5y5y ATM.....	40
Figura 10 – Evolução do preço do Brent	40
Figura 11 – Responsabilidades Contingentes por tipologia	41
Figura 12 – Centralização das disponibilidades por tipo de empresa.....	43
Figura 13 – Fundos centralizados no IGCP por setor de atividade.....	44
Figura 14 – Centralização de disponibilidades por setor de atividade.....	45



1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O “Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 3.º Trimestre de 2015” apresenta a informação de natureza económico-financeira que permite avaliar a evolução da situação financeira e patrimonial das empresas públicas durante os primeiros nove meses de 2015, caracterizada através da evolução dos indicadores mais relevantes. Recorreu-se à agregação das empresas públicas por setores de atividade de acordo com a Classificação de Atividades Económicas, apresentando-se para os indicadores mais importantes a informação detalhada por empresa. A análise da evolução da situação económico-financeira destas empresas é feita, consoante a natureza dos indicadores em análise, em termos homólogos, isto é, por comparação com o final do terceiro trimestre de 2014, ou por comparação com os valores no final de 2014.

Nos primeiros nove meses de 2015 verificou-se um aumento do Resultado Líquido das empresas públicas em 248 milhões de euros (26%) face ao verificado no período homólogo, bem como uma redução do nível de endividamento destas em cerca de 1,6 mil milhões de euros (5%), face ao final de 2014. O aumento do Resultado Líquido decorre maioritariamente dos setores dos *Transportes e Armazenagem* (152 milhões de euros) e das *Gestoras de Património* (67 milhões de euros). A empresa pública que teve o mais elevado aumento do Resultado Líquido face ao período homólogo foi a AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A., destacando-se de seguida a Estradas de Portugal, S.A., a Comboios de Portugal, E.P.E., a Metro do Porto, S.A. e a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., empresas integradas no primeiro setor acima mencionado. Quanto à redução do endividamento, o setor dos *Transportes e Armazenagem* teve também o contributo mais importante, sendo responsável por 1,3 mil milhões de euros de redução, com destaque para a REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. e a Comboios de Portugal, E.P.E., que no período considerado procederam à amortização de uma parte significativa da sua dívida.

No tocante ao Volume de Negócios, é de mencionar o seu aumento em 213 milhões de euros (4%), o que, por sua vez, foi acompanhado por um aumento dos Gastos Operacionais em 143 milhões de euros (2%). Estes aumentos devem-se essencialmente à Estradas de Portugal, S.A..

O Prazo Médio de Pagamentos para o conjunto das empresas analisadas reduziu-se, em termos médios¹, no terceiro trimestre, situando-se no final de setembro em 69 dias. De notar que, das 84 empresas consideradas, 65% têm um valor inferior a este valor médio e 23 empresas apresentam um valor inferior a 30 dias. Note-se que o setor da *Saúde* foi excluído do cálculo do valor médio do Prazo Médio de Pagamentos uma vez que apenas

¹ Isto é, a média do valor do Prazo Médio de Pagamentos para o conjunto das empresas tratadas no presente Boletim.



disponibilizou no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira dados para este indicador a partir de dezembro de 2014.

Como nota final, respeitante aos objetivos de gestão para o ano de 2015, refira-se que a atividade desenvolvida até ao final de setembro de 2015 indicia que mais de 60% das empresas públicas cumprem as instruções relativas à redução do endividamento e ao aumento do EBITDA, 54% cumprem os objetivos referentes aos Gastos Operacionais, e 78% cumprem o objetivo de redução do seu Prazo Médio de Pagamentos².

² Os objetivos de gestão das empresas públicas são fixados para o conjunto do ano, sem desgregação trimestral. A UTAM faz a sua análise considerando um padrão regular de evolução ao longo do ano, o que não tem necessariamente que corresponder ao padrão resultante da normal atividade da empresa. Na medida em que tal aconteça e que, portanto exista um padrão sazonal de evolução, podem verificar-se desvios sistemáticos (positivos ou negativos) entre os valores trimestrais e o valor atingido em final de ano. Estes valores devem, portanto, ser interpretados com cautela, exceto no que respeita ao do quarto trimestre.

2 ENQUADRAMENTO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE), referente ao período compreendido entre janeiro e setembro de 2015, considera as empresas públicas³ que no último dia útil do mês de novembro⁴ tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as demonstrações financeiras e demais informação económica à data de 30 de setembro consideradas necessárias para a elaboração do mesmo⁵.

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram definidos tendo em conta a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)⁶, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 – Setores de atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Construção	F	Construção
Indústrias transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Transportes e armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas, por setor de atividade, as empresas do SEE consideradas neste Boletim.

³ Note-se que, apesar da incorporação por fusão da REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. na EP – Estradas de Portugal, S.A. por força do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, o presente Boletim analisa as empresas separadamente de forma a possibilitar a comparação com períodos anteriores.

⁴ A data limite para as empresas inserirem no SiRIEF os dados da execução do terceiro trimestre de 2015 era 31 de outubro de 2015. Ainda assim, foram consideradas todas as empresas que inseriram os seus dados até ao dia 30 de novembro.

⁵ Foram utilizados os Balanços previsional e de execução trimestral referentes ao terceiro trimestre de 2015, o Balanço de execução trimestral do último trimestre de 2014, as Demonstrações de Resultados previsional e de execução do terceiro trimestre de 2015 e do trimestre homólogo, bem como o Prazo Médio de Pagamentos. Procedeu-se à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas em cada vertente da análise pode variar.

⁶ Que pode ser consultada no sítio da internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.

3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho operacional e financeiro das empresas públicas, agrupadas em setores de atividade, como atrás referido. Foram consideradas duas vertentes de análise:

- Cálculo de desvios face à previsão⁷, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão relativa ao terceiro trimestre de 2015 (2015P nas tabelas abaixo) e o valor executado no mesmo período (2015E nas mesmas tabelas), para cada um dos indicadores considerados;
- Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se o valor executado até fim de setembro de 2015 com o verificado no período de referência⁸.

3.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das empresas públicas até setembro de 2015 foi de -696 milhões de euros, valor inferior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 594 milhões de euros. Não obstante, aquele resultado representa uma melhoria de 26%, cerca de 248 milhões de euros, face ao mesmo período de 2014. A tabela seguinte apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	636	-156	792	508 %	-36	672	1.843%	
Gestoras de Património	-108.199	-154.116	45.917	30 %	-175.417	67.218	38%	
Comunicação	7.829	-355	8.184	2.308 %	1.121	6.708	598%	
Saúde	-183.943	306.749	-490.692	-160 %	-161.714	-22.229	-14%	
Empresas Financeiras	-11.364	40.895	-52.259	-128 %	-75.646	64.282	85%	
Empresas Imobiliárias	22.282	19.798	2.483	13 %	25.183	-2.901	-12%	
Administração Pública	11.442	32.572	-21.130	-65 %	5.808	5.634	97%	
Agricultura e Pescas	3.073	1.636	1.438	88 %	2.041	1.032	51%	
Construção	-13.240	-15.952	2.712	17 %	10.484	-23.724	-226%	
Indústrias transformadoras	14.907	17.064	-2.157	-13 %	15.933	-1.026	-6%	
Transportes e armazenagem	-439.131	-349.802	-89.329	-26 %	-591.161	152.030	26%	
Total	-695.707	-101.666	-594.041	-584 %	-943.405	247.698	26%	

Fonte: SIREF

⁷ Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas, aprovados ou propostos e inseridos em SIREF. Quando os valores se referem apenas ao final do ano para obter os desvios de previsão (para o período de janeiro a setembro) assumiu-se uma evolução constante das rubricas ao longo do ano.

⁸ Considerou-se o terceiro trimestre de 2014 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2014 para a análise de indicadores do Balanço (*stocks*).

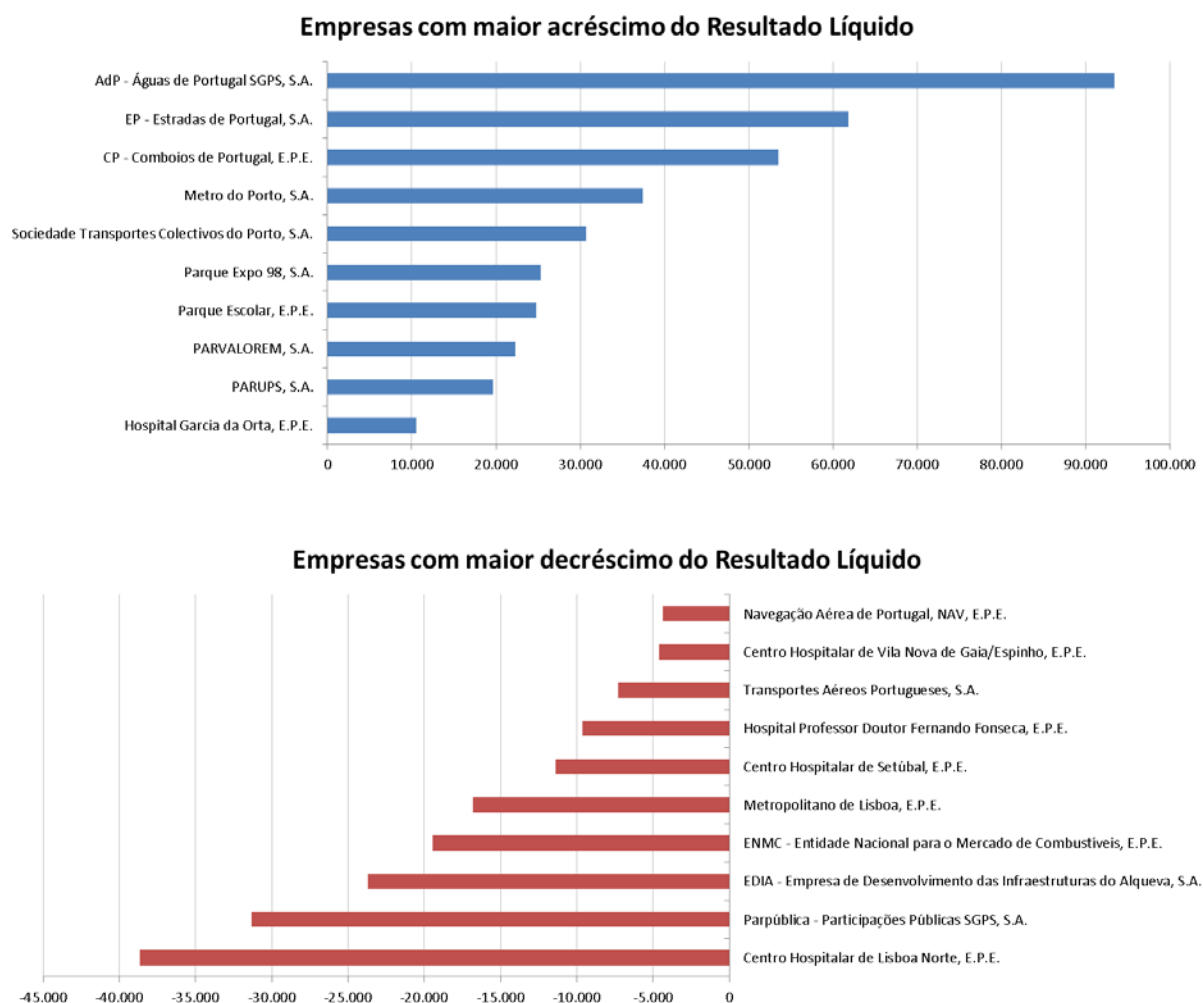
Quanto ao desvio de previsão face aos orçamentos das empresas, o Resultado Líquido do setor das *Gestoras de Património* superou a previsão em cerca de 46 milhões de euros. Este setor evidenciou também o segundo maior crescimento do Resultado Líquido face ao registado no ano transato, em cerca de 67 milhões de euros.

Por outro lado, o setor da *Saúde* registou o maior desvio de previsão negativo, cerca de -491 milhões de euros. O Resultado Líquido deste setor nos primeiros nove meses de 2015 apresenta ainda um decréscimo de 22 milhões de euros face ao valor registado no mesmo período do ano passado. O setor dos *Transportes e Armazenagem* apresenta o segundo maior desvio de previsão negativo, próximo dos -89 milhões de euros. Note-se que apesar disso, este setor distinguiu-se como o setor com maior crescimento do Resultado Líquido face ao período homólogo, aproximadamente 152 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Resultado Líquido até setembro de 2015, face ao período homólogo.

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SIREF



A melhoria significativa do Resultado Líquido da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) face ao período homólogo deveu-se essencialmente ao desempenho da rubrica de *“Juros e Rendimentos Similares Obtidos”* que registou um aumento de cerca de 85 milhões de euros. Este montante decorre essencialmente de ganhos em alienação de ativos (venda da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A.) no valor de 96,8 milhões de euros e de dividendos obtidos de empresas participadas no valor de 38,6 milhões de euros.

O decréscimo do Resultado Líquido do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E (CHLN), no montante de cerca de 39 milhões de euros, espelha a evolução desfavorável do seu EBITDA, e, em particular, do seu Volume de Negócios.

A Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública) evidenciou também um decréscimo de cerca de 31 milhões de euros do seu Resultado Líquido até 30 de setembro de 2015, face ao período homólogo. Este decréscimo prende-se com a evolução do EBITDA explicitada na secção 3.3., sendo atenuada pelo decréscimo da rubrica *“Juros e gastos similares suportados”*.

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 18 do Anexo B.

3.2. Endividamento

O endividamento⁹ das empresas públicas no final de setembro de 2015 ascendeu a cerca de 34 mil milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 290 milhões de euros, ou seja, 1% do valor orçamentado. Relativamente ao final de 2014, o nível de endividamento registou uma diminuição de 5%, na ordem dos 1,6 mil milhões de euros. A tabela seguinte apresenta o nível de endividamento das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	923	907	16	2 %	913	10	1 %	
Gestoras de Património	5.170.718	5.533.782	-363.063	-7 %	5.093.330	77.389	2 %	
Comunicação	86.731	195.493	-108.762	-56 %	78.316	8.415	11 %	
Saúde	279	13.290	-13.011	-98 %	1.240	-961	-77 %	
Empresas Financeiras	4.551.648	4.845.241	-293.593	-6 %	4.859.135	-307.487	-6 %	
Empresas Imobiliárias	356.984	354.584	2.400	1 %	426.866	-69.882	-16 %	
Administração Pública	1.465.370	1.505.157	-39.787	-3 %	1.485.373	-20.003	-1 %	
Agricultura e Pescas	0	0	0	0 %	0	0	0 %	
Construção	728.941	728.525	416	0 %	735.436	-6.495	-1 %	
Indústrias transformadoras	0	0	0	0 %	0	0	0 %	
Transportes e armazenagem	21.269.680	20.164.225	1.105.455	5 %	22.537.618	-1.267.938	-6 %	
Total	33.631.275	33.341.204	290.071	1 %	35.218.228	-1.586.953	-5 %	

Fonte: SiRIEF

Os maiores desvios de previsão face aos orçamentos das empresas verificaram-se nos setores dos *Transportes e armazenagem*, cujo endividamento foi superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de mil milhões de euros, e das *Gestoras de Património*, cujo endividamento foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em aproximadamente 363 milhões de euros.

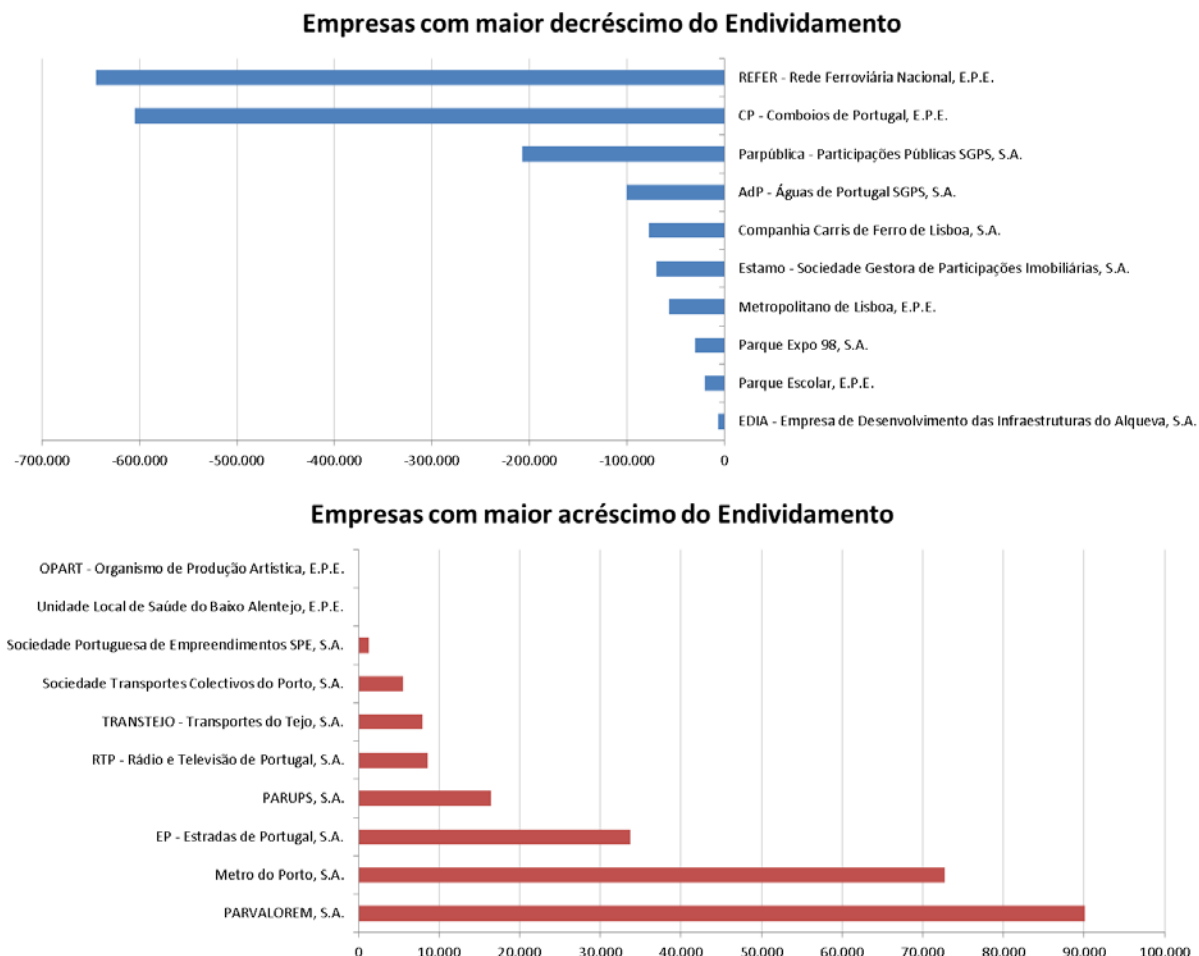
No que respeita à evolução face ao final de 2014 o desempenho mais relevante foi o do setor dos *Transportes e armazenagem*, com uma diminuição de aproximadamente 1,3 mil milhões de euros. Apenas os setores das *Gestoras de Património* e da *Comunicação* registaram um aumento do endividamento, na ordem dos 77 e dos 8 milhões de euros, respetivamente.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do endividamento até 30 de setembro de 2015, face ao final do ano de 2014.

⁹ Entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

A redução da dívida financeira da REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (REFER) entre dezembro de 2014 e setembro de 2015 deveu-se ao reembolso em março de 2015 do empréstimo obrigacionista *Eurobond* 05/15, no montante de 600 milhões de euros e às amortizações de empréstimos do Banco Europeu de Investimento no montante de cerca de 25 milhões de euros. As amortizações de capital, acrescidas do montante de juros vencidos à data, foram cobertas por aumentos do capital estatutário realizados pelo acionista Estado no montante de 700 milhões de euros. Adicionalmente, a empresa recorreu no segundo trimestre à contratação de um financiamento de curto prazo, no montante de cerca de 17,7 milhões de euros. Já no terceiro trimestre a empresa amortizou parte de um empréstimo de médio longo prazo, cerca de 40,7 milhões de euros, do que resulta o decréscimo evidenciado na figura acima.

O aumento da dívida da PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM), em cerca de 90 milhões de euros, decorreu da transferência do acréscimo de juros dos mútuos com a DGTF para a



rubrica “Financiamentos Obtidos”. Assim, o endividamento aumenta pelo montante dos juros respeitantes ao período em causa que ainda não foram pagos¹⁰.

A Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto) aumentou o seu endividamento em cerca de 73 milhões de euros durante os primeiros nove meses de 2015. Esta evolução resulta do recebimento de 301 milhões de euros oriundos de um empréstimo contratado junto da DGTF (57 milhões de euros no primeiro trimestre, 209 milhões de euros no segundo e 35 milhões de euros no terceiro). Esta operação de financiamento foi atenuada pelas amortizações dos financiamentos contratados junto do Banco Europeu de Investimento (23 milhões de euros no primeiro trimestre e 22 milhões de euros no terceiro) e do Depfa Bank (um milhão de euros no primeiro e no terceiro trimestres), bem como pelo reembolso à DGTF na ordem dos 176 milhões de euros no segundo trimestre. Foram ainda amortizados contratos de *leasing*, em cerca de 3 milhões de euros.

O endividamento por empresa pode ser consultado na Tabela 19 do Anexo B.

¹⁰ A transferência dos juros para a rubrica “Financiamentos Obtidos”, apesar de não ter efeitos no passivo da empresa, tem efeitos no nível de endividamento apresentado neste Boletim.



3.3. EBITDA

O EBITDA das empresas públicas até ao final de setembro de 2015 ascendeu a cerca de 607 milhões de euros, valor inferior ao expresso nos orçamentos das empresas em aproximadamente 469 milhões de euros. Relativamente ao período homólogo, o EBITDA registou um crescimento na ordem dos 102 milhões de euros (20%). O EBITDA das empresas públicas é o apresentado na tabela seguinte, por setor de atividade.

Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	1.358	639	718	112 %	700	658	94 %	
Gestoras de Património	11.401	-150.091	161.492	108 %	-42.618	54.019	127 %	
Comunicação	16.066	13.731	2.335	17 %	11.467	4.599	40 %	
Saúde	-103.396	395.198	-498.594	-126 %	-80.565	-22.830	-28 %	
Empresas Financeiras	-14.180	66.888	-81.068	-121 %	49.159	-63.339	-129 %	
Empresas Imobiliárias	37.129	36.054	1.074	3 %	36.698	430	1 %	
Administração Pública	78.562	105.048	-26.486	-25 %	79.557	-995	-1 %	
Agricultura e Pescas	6.159	4.789	1.370	29 %	5.325	834	16 %	
Construção	4.325	10.359	-6.034	-58 %	5.716	-1.390	-24 %	
Indústrias transformadoras	24.193	26.009	-1.817	-7 %	24.760	-567	-2 %	
Transportes e armazenagem	545.138	567.393	-22.255	-4 %	414.919	130.219	31 %	
Total	606.754	1.076.018	-469.264	-44 %	505.117	101.637	20 %	

Fonte: SIREF

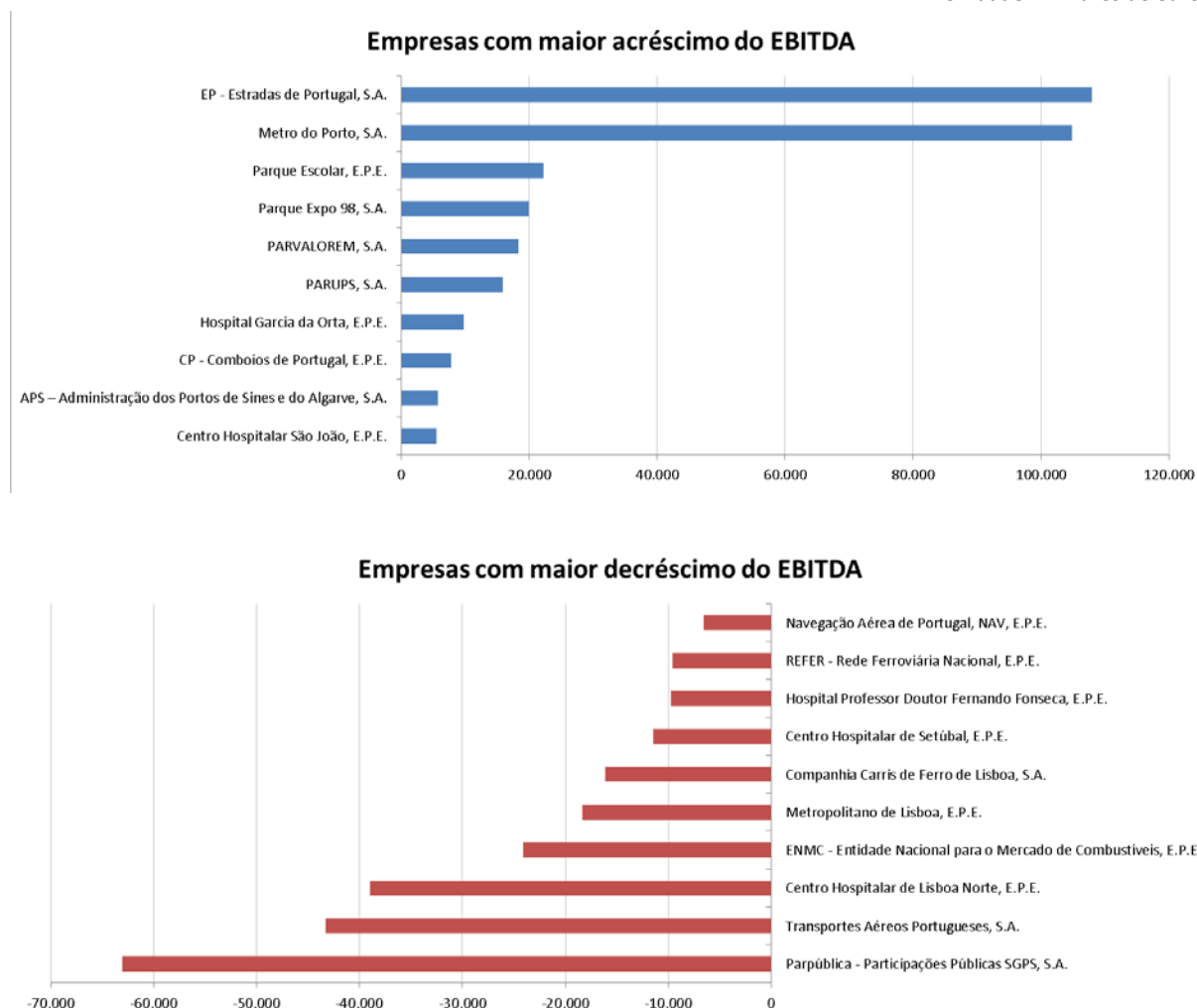
O maior desvio positivo face aos orçamentos das empresas verificou-se no setor das *Gestoras de Património*, na circunstância da ordem dos 161 milhões de euros. Destaque-se ainda o desvio negativo do setor da *Saúde*, de aproximadamente 499 milhões de euros face à previsão nos orçamentos das empresas.

No que diz respeito à evolução face ao período homólogo, o maior decréscimo do EBITDA registou-se no setor das *Empresas Financeiras*, na ordem dos 63 milhões de euros. Por outro lado, o setor dos *Transportes e armazenagem* registou um acréscimo muito significativo do seu EBITDA, de cerca de 130 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do EBITDA até 30 de setembro de 2015, face ao período homólogo.

Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

O EBITDA da EP – Estradas de Portugal, S.A. (EP) a 30 de setembro de 2015 atingiu os 504 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 108 milhões de euros (27%) face ao período homólogo. Esta evolução é explicada essencialmente pelo acréscimo do Volume de Negócios, explicitado com maior detalhe na secção 3.4..

A Metro do Porto registou o segundo maior crescimento do EBITDA, na ordem dos 105 milhões de euros. Este aumento resultou essencialmente de variações positivas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados, que evoluiu de -101 milhões de euros no final de setembro de 2014 para 15 milhões de euros a 30 de setembro de 2015.

Já a Parpública, que exhibe também uma variação positiva de 62 milhões de euros no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados, apresenta o maior decréscimo de EBITDA face ao período homólogo. Entre as razões que levaram à redução do EBITDA da Parpública destacam-se as seguintes: i) o reforço da provisão para capitais próprios negativos da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (TAP), em cerca de 29 milhões de euros; ii) a inexistência de privatizações até 30 de setembro de 2015, enquanto que no período



homólogo as participações nos CTT e na REN já tinham sido alienadas, representando um ganho de cerca de 64 milhões em 2014; e, iii) a diminuição dos dividendos recebidos, já que os provenientes dos CTT e REN (19 e 9 milhões de euros, respetivamente) apenas foram pagos até 2014, dada a alienação destas participações.

O EBITDA da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (Transportes Aéreos Portugueses), de janeiro a setembro de 2015, decresceu cerca de 43 milhões de euros face ao registado no mesmo período de 2014. Tal deveu-se essencialmente à redução do Volume de Negócios, explicitado com maior detalhe na secção 3.4., e ao aumento do valor na rubrica “*Rendas – Leasing Aviões e Sobressalentes*”, na ordem dos 17 milhões de euros, devido essencialmente à desvalorização do euro face ao dólar e às rendas de 6 novos equipamentos.

O EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 20 do Anexo B.

3.4. Volume de Negócios

O Volume de Negócios das empresas públicas nos primeiros nove meses do ano de 2015 foi de 6 mil milhões de euros, montante inferior em aproximadamente 341 milhões de euros ao previsto nos respetivos orçamentos. Face ao período homólogo, registou-se um aumento de 4%, na ordem dos 213 milhões de euros. O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela seguinte.

Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	6.219	5.470	750	14 %	4.407	1.812	41 %	
Gestoras de Património	11.829	3.034	8.795	290 %	25.500	-13.671	-54 %	
Comunicação	167.776	168.472	-696	0 %	172.492	-4.715	-3 %	
Saúde	2.386.482	2.469.318	-82.836	-3 %	2.373.206	13.276	1 %	
Empresas Financeiras	13.293	13.375	-83	-1 %	13.141	152	1 %	
Empresas Imobiliárias	96.940	91.735	5.205	6 %	39.170	57.770	147 %	
Administração Pública	114.569	126.345	-11.776	-9 %	144.582	-30.013	-21 %	
Agricultura e Pescas	22.641	21.760	881	4 %	19.082	3.559	19 %	
Construção	11.887	16.705	-4.818	-29 %	11.528	359	3 %	
Indústrias transformadoras	68.849	75.028	-6.180	-8 %	64.233	4.616	7 %	
Transportes e armazenagem	3.383.236	3.633.861	-250.625	-7 %	3.203.373	179.863	6 %	
Total	6.283.720	6.625.102	-341.382	-5 %	6.070.713	213.006	4 %	

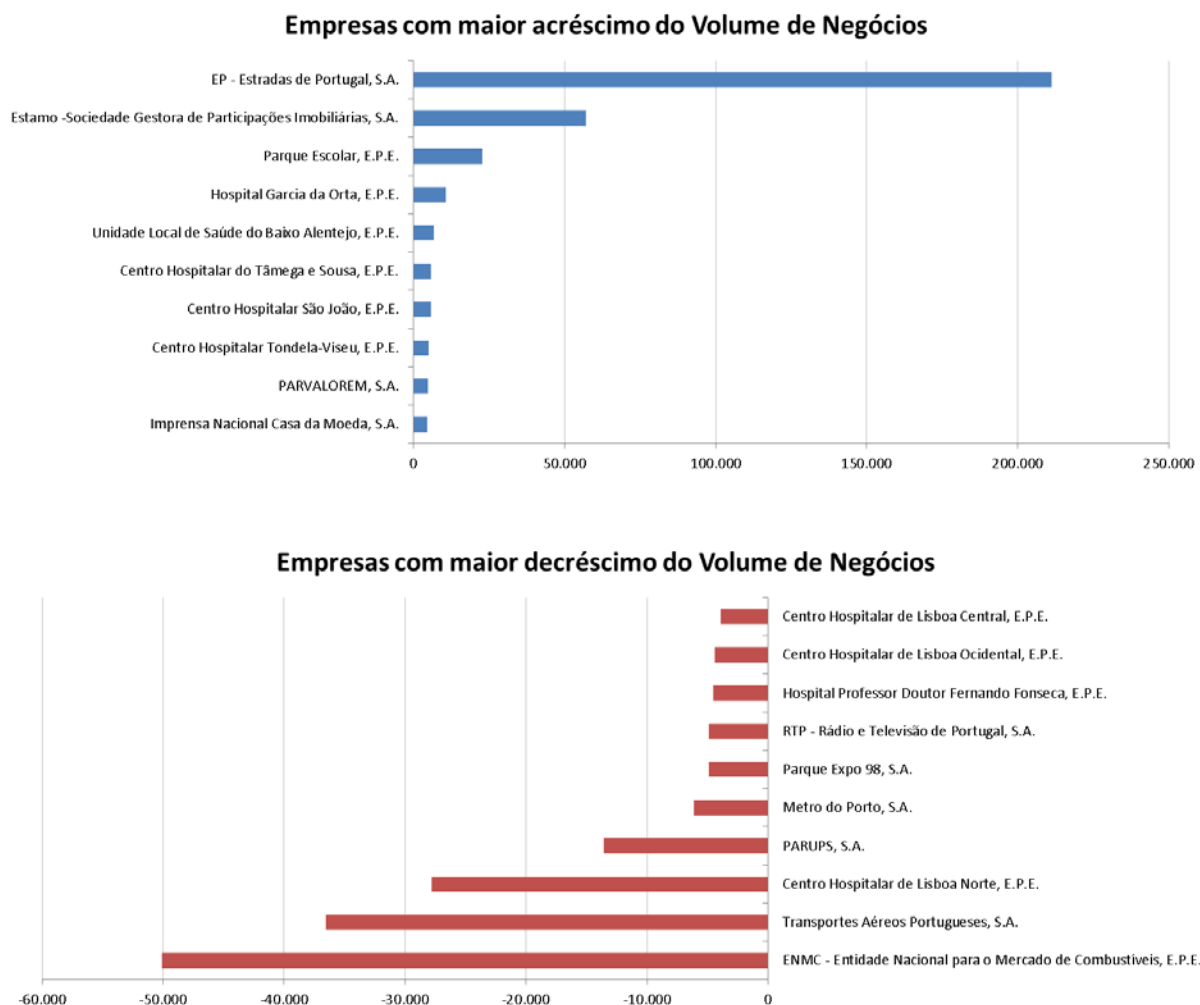
Fonte: SiRIEF

O Volume de Negócios do setor dos *Transportes e Armazenagens* foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em 251 milhões. Apesar disso, o mesmo setor registou o maior acréscimo face ao período homólogo, num montante de 180 milhões de euros. Face ao ano anterior, o setor das *Empresas Imobiliárias* registou o segundo maior crescimento do Volume de Negócios, na ordem dos 58 milhões de euros, enquanto o setor da *Administração Pública* registou a maior queda, de cerca de 30 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios até 30 de setembro de 2015, face ao período homólogo.

Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

A EP registou o maior aumento do Volume de Negócios face ao verificado no período homólogo, superior ao acréscimo dos seus gastos operacionais, explicitados na secção 3.5, tal como já se tinha verificado no primeiro e segundo trimestres, tendo particular relevância o aumento de receita proveniente da Contribuição de Serviço Rodoviário em face do aumento de 0,02€/litro contemplado na Lei do Orçamento de Estado de 2015¹¹.

O acréscimo do Volume de Negócios da ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO) deriva principalmente do aumento das receitas provenientes da alienação de imóveis, que totalizaram o montante de cerca de 69,4 milhões de euros, e de arrendamentos que ascenderam a 26,8 milhões de euros.

O Volume de Negócios da ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) diminuiu em cerca de 50 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2015, face ao período homólogo. Este decréscimo está relacionado com o facto de em 2015 não terem ocorrido operações de venda de existências e com a diminuição das prestações unitárias

¹¹ Vide artigo n.º 169 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.



cobradas pela ENMC aos operadores sujeitos à obrigação de constituição de reservas, decorrente da diminuição dos custos totais de armazenagem¹².

¹² Refira-se a este propósito que a ENMC deverá, de acordo com os seus Estatutos, desenvolver as suas operações com o “*objetivo de equilíbrio entre os rendimentos e os gastos da sua atividade corrente*”, isto é, de forma a gerar um resultado operacional nulo. Para isso, deve cobrar aos operadores a prestação mínima necessária para assegurar a recuperação do montante de custos incorridos, pelo que qualquer redução de custos se traduz necessariamente numa redução do Volume de Negócios.



3.5. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais¹³ das empresas públicas totalizaram 6 mil milhões de euros entre janeiro e setembro de 2015, 221 milhões de euros abaixo da previsão registada nos orçamentos das empresas mas ainda assim 143 milhões de euros acima do verificado no período homólogo¹⁴. A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	21.311	21.279	33	0 %	19.177	2.134	11 %	
Gestoras de Património	30.822	30.787	36	0 %	49.005	-18.182	-37 %	
Comunicação	146.441	152.505	-6.064	-4 %	161.461	-15.020	-9 %	
Saúde	2.624.754	2.562.609	62.145	2 %	2.582.578	42.176	2 %	
Empresas Financeiras	14.448	16.524	-2.076	-13 %	13.838	610	4 %	
Empresas Imobiliárias	63.297	75.361	-12.064	-16 %	27.062	36.235	134 %	
Administração Pública	46.260	70.862	-24.602	-35 %	74.000	-27.740	-37 %	
Agricultura e Pescas	22.484	22.747	-262	-1 %	19.612	2.872	15 %	
Construção	105.577	108.758	-3.181	-3 %	60.836	44.741	74 %	
Indústrias transformadoras	45.767	44.030	1.736	4 %	40.197	5.570	14 %	
Transportes e armazenagem	2.905.025	3.141.977	-236.952	-8 %	2.835.746	69.279	2 %	
Total	6.026.186	6.247.438	-221.252	-4 %	5.883.511	142.675	2 %	

Fonte: SIREF

O setor dos *Transportes e armazenagem* registou o maior crescimento de gastos operacionais, de aproximadamente 69 milhões de euros face ao registado no período homólogo, situando-se, apesar do crescimento evidenciado, cerca de 237 milhões de euros abaixo do previsto nos orçamentos das empresas. O setor dos *Saúde* registou um acréscimo significativo dos seus gastos operacionais, quer face à previsão inserida nos orçamentos das empresas (cerca de 62 milhões de euros), quer face ao período homólogo (cerca de 42 milhões de euros).

À exceção da *Administração Pública*, da *Comunicação* e das *Gestoras de Património*, a maioria dos setores aumentou os seus Gastos Operacionais face ao período homólogo. Os setores em que se verificou um maior acréscimo de gastos foram os dos *Transportes e armazenagem*, da *Construção* e da *Saúde*, tal como referido anteriormente.

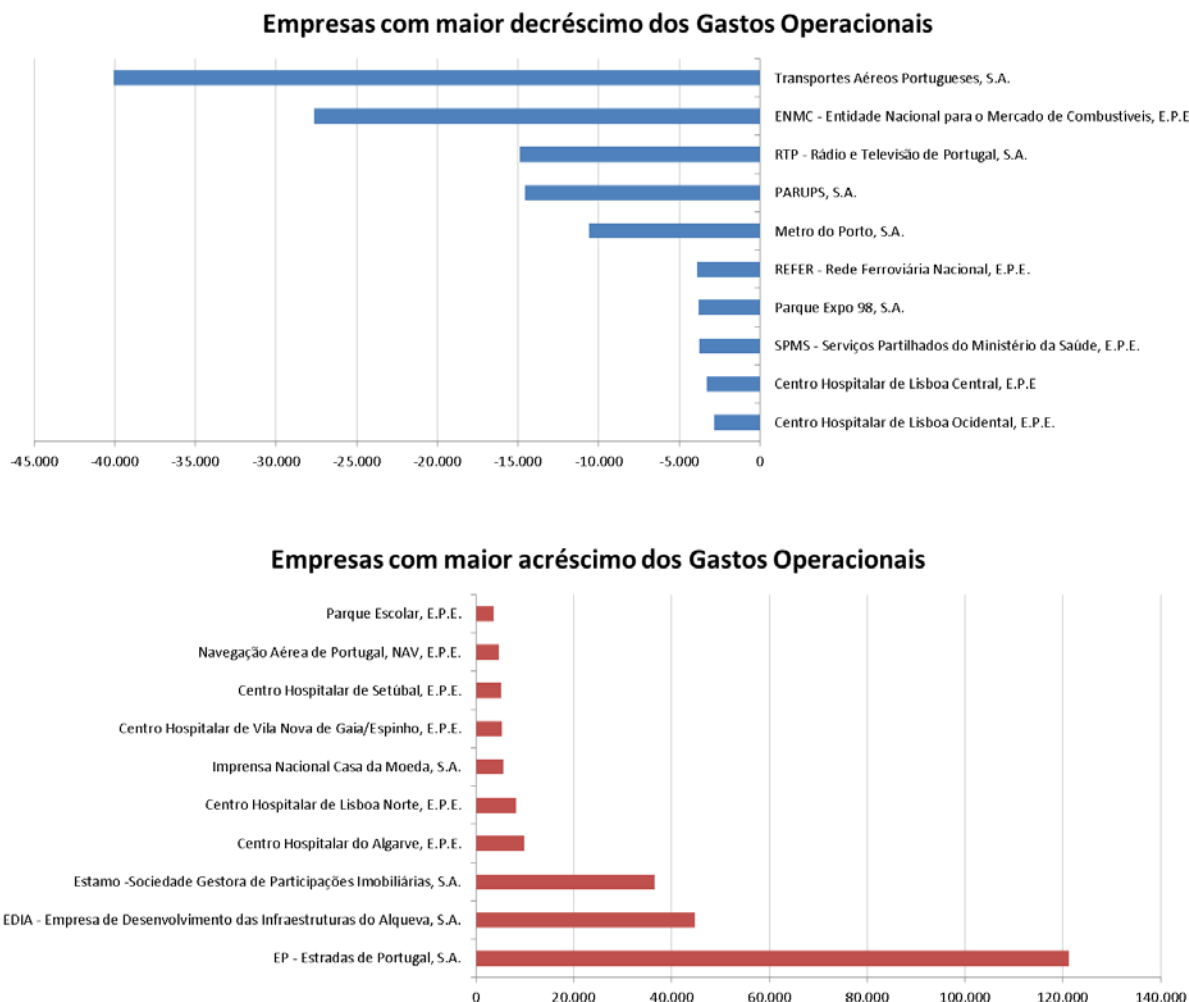
¹³ Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos CMVMC, dos FSE e dos Gastos com Pessoal.

¹⁴ Note-se que o valor dos Gastos Operacionais é da mesma ordem do valor dos Volume de Negócios. Neste sentido, a similitude dos acréscimos de ambas as rubricas pode ser comprovada pela forte correlação de 0,96. Esta afirmação é corroborada pela análise da regressão linear do Volume de Negócios nos Gastos Operacionais, uma vez que o coeficiente da referida regressão não é significativamente diferente de 1.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais até 30 de setembro de 2015, face ao período homólogo.

Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

Entre as razões que contribuíram para a diminuição dos Gastos Operacionais da Transportes Aéreos Portugueses destacam-se as seguintes: i) a diminuição dos CMVMC em aproximadamente 7 milhões de euros, associada a um decréscimo dos trabalhos de manutenção para a frota da Transportes Aéreos Portugueses e para terceiros; e ii) a diminuição dos FSE em aproximadamente 33 milhões de euros, a espelhar a conjugação do efeito da diminuição do preço médio por tonelada de combustível e o decréscimo no fretamento de aviões, na assistência por terceiros, nas taxas de aterragem, nas despesas com passageiros/irregularidades e no material técnico de voo para terceiros.

A ENMC reduziu os seus Gastos Operacionais em 28 milhões de euros em resultado da diminuição dos custos previstos com armazenagem, na sequência da venda de parte do inventário em 2014 e da renegociação dos contratos com a Petrogal, e da redução do custo

associado à aquisição de *tickets*¹⁵. Isto apesar do acréscimo registado ao nível dos custos com pessoal, devido ao aumento do quadro de pessoal afeto às novas unidades de negócio da competência da ENMC.

A EP aumentou os seus Gastos Operacionais em cerca de 121 milhões de euros, montante inferior ao aumento do Volume de Negócios, por força da variação dos CMVMC. Esta evolução é explicada principalmente pelos gastos com a construção rodoviária, em particular com as obras do Túnel do Marão.

O detalhe das rubricas que compõem os Gastos Operacionais por setor de atividade pode ser consultado nas Tabelas 21 a 23 do Anexo B.

Adicionalmente, e considerando que as diversas empresas operam em escalas diferentes, procedeu-se à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios.

Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Rácio dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	T3 2015	T3 2014	Variação
Cultura	3,427	4,351	-0,925
Gestoras de Património	2,606	1,922	0,684
Comunicação	0,873	0,936	-0,063
Saúde	1,100	1,088	0,012
Empresas Financeiras	1,087	1,053	0,034
Empresas Imobiliárias	0,653	0,691	-0,038
Administração Pública	0,404	0,512	-0,108
Agricultura e Pescas	0,993	1,028	-0,035
Construção	8,882	5,277	3,605
Indústrias transformadoras	0,665	0,626	0,039
Transportes e armazenagem	0,859	0,885	-0,027
Total	0,971	0,969	0,002

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios nos primeiros nove meses de 2015 foi superior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) face ao registado no mesmo período em 2014. Cinco dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios.

Destaca-se o setor da *Construção*, representado pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), cujos Gastos Operacionais até 30 de setembro de 2015 superaram em aproximadamente nove vezes o respetivo Volume de Negócios, revelando um aumento significativo face ao período homólogo. Esta evolução resultou essencialmente de dois fatores: a adjudicação de novas empreitadas, que visaram concluir a primeira fase do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva e que, por força das normas

¹⁵ Contratos de manutenção à ordem da ENMC de produtos de petróleo ou de petróleo que são propriedade de terceiros.



contabilísticas adotadas desde 2011, são registados em FSE em vez de serem consideradas em investimento; e o aumento dos perímetros de rega em exploração.

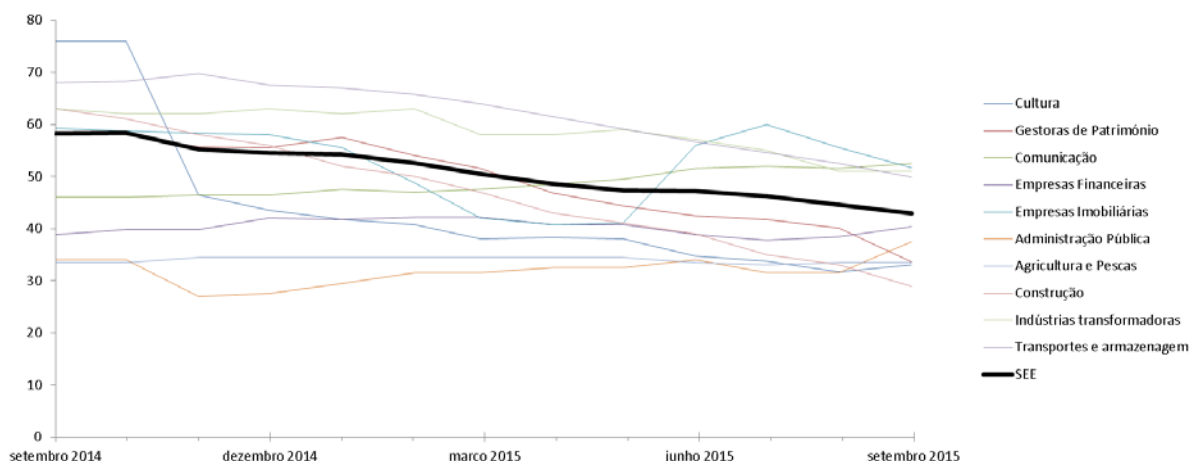
No caso do setor da *Cultura*, o elevado peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios, que apresenta uma diminuição face ao período homólogo, justifica-se pelo facto de a estrutura de gastos das empresas deste setor ser tipicamente financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados como Volume de Negócios, bem como os subsídios atribuídos pelo Estado.

Por fim, no caso das *Gestoras de Património*, setor onde detêm um peso considerável a Parque Expo 98, S.A., sociedade em processo de liquidação, e as sociedades PARUPS, S.A. (PARUPS) e PARVALOREM, constituídas com o objetivo de recuperar a carteira de créditos e o património adquiridos no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., é importante referir a elevada imprevisibilidade das condições de alienação dos seus ativos e a dificuldade em encontrar potenciais compradores, cujas propostas de compra permitam compensar nestes nove meses a totalidade dos encargos suportados com estes ativos que incluem despesas judiciais, custos de manutenção e reparação, custos processuais e comissões de intermediação imobiliária, entre outros.

3.6. Prazo Médio de Pagamentos

A figura seguinte ilustra a evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) no período compreendido entre setembro de 2014 e setembro de 2015, por setor de atividade. De notar que o setor da *Saúde* apenas disponibilizou no SiRIEF dados relativos ao PMP a partir de dezembro de 2014, razão pela qual a análise não contemplou o setor. Relativamente aos restantes setores, foram consideradas apenas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao período considerado, o que constitui um conjunto de 42 empresas.

Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (setembro 2014 – setembro 2015)



O setor da *Agricultura e Pescas* tem registado PMP reduzidos (média de 34 dias) e estáveis ao longo do período em análise. Desde novembro de 2014, a *Administração Pública* tornou-se o setor de atividade económica com menor PMP (valor mínimo de 27 dias em novembro de 2014).

Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada da evolução dos PMP durante os primeiros nove meses de 2015.

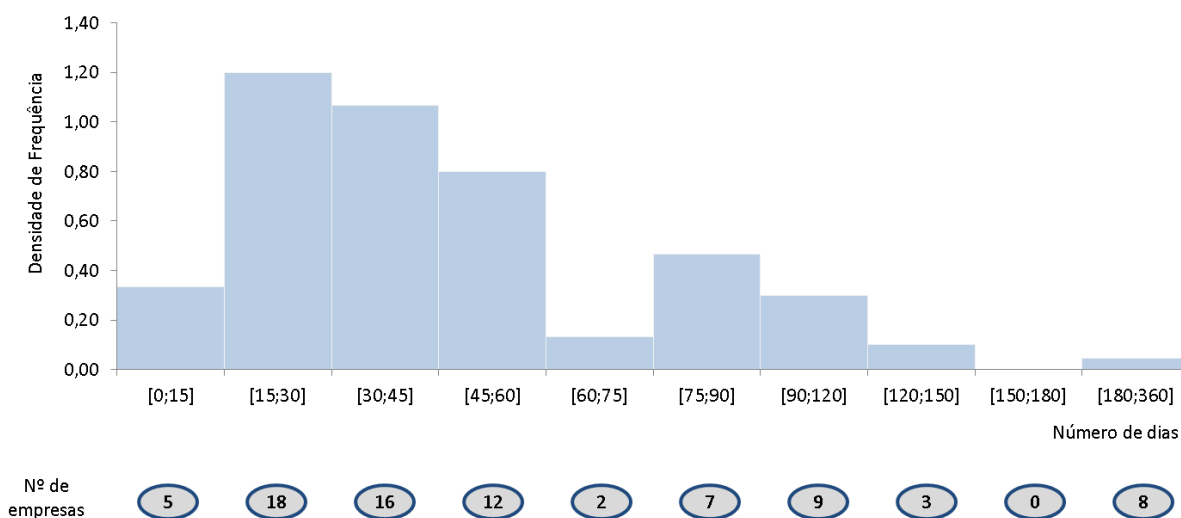
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2014 e setembro 2015)

Setor	Unidade: dias		
	dezembro 2014	setembro 2015	Variação
Cultura	44	33	-11
Gestoras de Património	56	34	-22
Comunicação	47	53	6
Empresas Financeiras	42	40	-2
Empresas Imobiliárias	58	52	-6
Administração Pública	28	38	10
Agricultura e Pescas	35	34	-1
Construção	56	29	-27
Indústrias transformadoras	63	51	-12
Transportes e armazenagem	68	50	-18
Todos os setores	54	43	-11

À exceção da *Administração Pública* e da *Comunicação*, todos os setores de atividade diminuíram o seu PMP. Os maiores decréscimos verificaram-se nos setores da *Construção* (27 dias) e das *Gestoras de Património* (22 dias). O setor da *Comunicação* registou o PMP mais elevado de setembro de 2015, com uma média de 53 dias. Em termos globais, o Prazo Médio de Pagamentos das empresas públicas decresceu de 54 dias no final de 2014 para 43 dias no final de setembro de 2015.

A figura seguinte caracteriza a distribuição do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em setembro de 2015. Sublinhe-se que foram consideradas nesta análise todas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao mês de setembro de 2015, num total de 80 empresas, o que representa um conjunto maior do que o considerado nas tabelas anteriores.

Figura 7 – Distribuição do PMP em setembro de 2015



Fonte: SiRIEF

Das 80 empresas públicas consideradas, 23 têm um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 65% das empresas apresentam um PMP inferior à média de 69 dias registada no mês de setembro.

4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas nos nove primeiros meses de 2015 indiciam o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2015. Os objetivos de gestão definidos para 2015, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano em apreço.

Deve contudo salientar-se que tais indicações são referentes a objetivos a cumprir até ao final do exercício. Como tal, ajustou-se o limite anual de 3% definido nas instruções a propósito aumento do endividamento para um limite em nove meses de aproximadamente 2,24%. Este valor foi calculado de acordo com um pressuposto de aumento do endividamento a uma taxa constante ao longo do ano¹⁶.

Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

Indicador		Objetivo
(1)	Endividamento ¹⁷	O aumento do endividamento de janeiro a setembro de 2015 deve ser inferior a 2,24%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo até 30 de setembro de 2014 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo até 30 de setembro de 2014 devem apresentar um EBITDA superior a este.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado a 30 de setembro de 2014.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2014: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2014 (cumprimento excecional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2014: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excecional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumprem os objetivos supramencionados.

¹⁶ De notar que $(1 + r)^{4/3} = 1,03$ (sendo r a taxa considerada para nove meses) pelo que $r = 0,0224$.

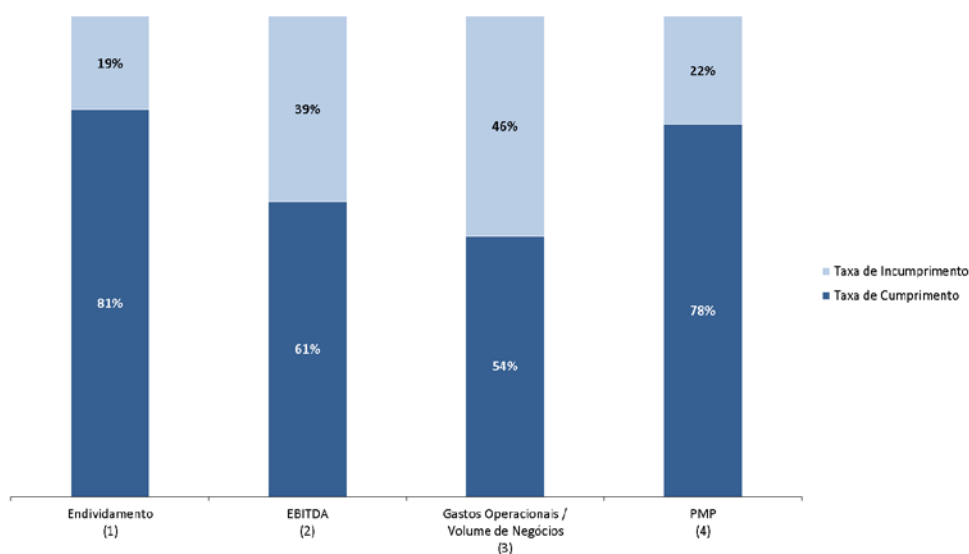
¹⁷ À semelhança do referido na secção anterior entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de setembro de 2015

		Objetivo			
		(1)	(2)	(3)	(4)
Nº de empresas ¹⁸	Excedem				24
	Cumprem	25	43	38	14
	Não Cumprem	6	27	32	11
Taxa	Cumprimento	81%	61%	54%	78%
	Incumprimento	19%	39%	46%	22%

Fonte: SiRIEF

A figura seguinte ilustra o grau de cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados.

Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2015


Fonte: SiRIEF

Constata-se que o maior grau de incumprimento ocorre no objetivo (3), ou seja, o objetivo de diminuição do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios. Por outro lado, 81% das empresas públicas cumpriram o objetivo (1), ou seja, o relativo à evolução do nível de Endividamento.

¹⁸ O número de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2014.

5 ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Nesta secção procedeu-se à análise do desempenho financeiro das empresas públicas até setembro de 2015, através de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Recorreu-se, sempre que possível, à utilização de rácios financeiros, por forma a promover uma maior comparabilidade entre setores.

Recorde-se que, para efeitos de comparação face ao ano anterior, considerou-se como período de referência o período homólogo para análise de indicadores da Demonstração de Resultados e o final do exercício de 2014 para a análise de indicadores do Balanço.

5.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores: *Cash Flow*¹⁹, Fundo de Maneio²⁰ e Liquidez Geral²¹.

Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade (unidades definidas no texto)

Setor	<i>Cash Flow</i> (Milhares de euros)		Fundo de Maneio (Milhares de euros)		Liquidez Geral	
	T3 2015	T3 2014	T3 2015	T4 2014	T3 2015	T4 2014
Cultura	1.105	644	-1.537	-1.688	0,835	0,807
Gestoras de Património	-108.368	-286.276	958.773	763.319	4,051	2,959
Comunicação	16.631	5.995	-163.503	-169.443	0,350	0,307
Saúde	-103.486	-74.472	-475.449	-382.303	0,910	0,929
Empresas Financeiras	103.568	8.943	-1.795.711	-557.016	0,264	0,526
Empresas Imobiliárias	23.004	25.869	914.280	952.572	8,457	8,078
Administração Pública	66.243	68.045	385.835	403.604	3,971	3,629
Agricultura e Pescas	6.034	5.259	15.280	13.586	1,933	2,043
Construção	-3.092	18.087	155.935	266.544	1,968	5,187
Indústrias transformadoras	18.357	19.505	55.916	56.277	5,197	5,205
Transportes e armazenagem	81.023	-118.076	1.659.694	1.305.165	1,227	1,182
Total	101.019	-326.477	1.709.512	2.650.617	1,107	1,180

Fonte: SIRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. Entre janeiro e setembro de 2015, o *Cash Flow* realizado pelo total das empresas públicas foi de cerca de 101 milhões de euros. Este resultado reflete essencialmente o ganho de 199 e 95 milhões de euros registado no setor dos *Transportes e armazenagem* e das *Empresas Financeiras*, respetivamente, e a diminuição do valor negativo em cerca de 178 milhões de euros registado no setor das *Gestoras de Património*.

¹⁹ Cash Flow = Resultado Líquido + Depreciações + Amortizações + Provisões

²⁰ Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente

²¹ Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente



Em termos globais, o Fundo de Maneio foi de cerca de 1,7 mil milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Ativo Corrente superou o Passivo Corrente neste montante. Face ao último trimestre de 2014 verificou-se uma diminuição de liquidez de aproximadamente 941 milhões de euros. Destacam-se quatro setores com fundo de maneio negativo, sendo que o setor das *Empresas Financeiras* sofreu um agravamento significativo face ao último trimestre de 2014, no montante de 1,2 mil milhões de euros. Por outro lado, o setor dos *Transportes e armazenagem* registou um crescimento significativo do seu Fundo de Maneio, na ordem dos 355 milhões de euros.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral. Do valor observado para o rácio no final de setembro de 2015 decorre que o Ativo Corrente era 1,107 vezes o Passivo Corrente. Salientam-se as *Empresas imobiliárias* e as *Indústrias Transformadoras* como os setores com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente utilizando o seu Ativo Corrente. Em comparação com o final de 2014, parte significativa dos setores apresentou, no período até setembro de 2015, um decréscimo da sua Liquidez Geral, sendo o maior decréscimo observado no setor da *Construção*, representado pela EDIA.

5.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta²², Rentabilidade das Vendas²³ e Rentabilidade do Capital Próprio²⁴.

Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade (unidades definidas no texto)

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	T3 2015	T3 2014	T3 2015	T3 2014	T3 2015	T3 2014
Cultura	0,997	0,997	0,218	0,159	0,068	-0,028
Gestoras de Património	-0,007	-0,051	0,938	-1,682	0,020	0,022
Comunicação	0,666	0,597	0,096	0,066	0,044	-0,010
Saúde	0,617	0,633	-0,043	-0,034	-0,090	-0,109
Empresas Financeiras	-	-	0,155	0,298	-0,003	-0,021
Empresas Imobiliárias	0,431	0,559	0,383	0,937	0,020	0,023
Administração Pública	-	-	0,686	0,550	0,012	-0,018
Agricultura e Pescas	0,851	0,827	0,272	0,279	0,061	0,052
Construção	-	-	0,364	0,496	-	-
Indústrias transformadoras	0,708	0,750	0,351	0,385	0,175	0,125
Transportes e armazenagem	0,876	0,905	0,161	0,130	0,016	0,005
Total	0,759	0,779	0,099	0,076	0,003	-0,012

Fonte: SiRIEF

Até 30 de setembro de 2015, a nível global, a margem bruta foi de cerca de 76% do valor das vendas, o que representa um decréscimo de 2 p.p. face ao período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não apresentam volume de negócios²⁵ ou cujo CMVMC é igual a zero.

A nível setorial, refira-se que as *Gestoras de Património* têm uma Margem Bruta negativa devido essencialmente à natureza das sociedades PARUPS e PARVALOREM, cujas vendas se realizam por vezes com menos valias ou abaixo do custo de aquisição. Refira-se ainda que no setor das *Empresas Imobiliárias* se registou um decréscimo de 23 p.p. da sua Margem Bruta durante os primeiros nove meses de 2015, face ao período homólogo.

A Rentabilidade das Vendas aumentou face ao período homólogo, de 7,6% para 9,9%. O único setor a registar uma Rentabilidade das Vendas negativa foi o da *Saúde*.

²² Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados

²³ Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados

²⁴ Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio

²⁵ Define-se Volume de Negócios como a soma das vendas com os serviços prestados



O setor das *Gestoras de Património* apresentou uma Rentabilidade das Vendas de 94%, após ter registado uma rentabilidade significativamente negativa no período homólogo. Estes valores refletem essencialmente a inversão de sinal do EBITDA entre 2014 e 2015.

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio melhorou de forma significativa face ao período homólogo, tornando-se positiva e atingindo os 0,3% em setembro de 2015. Esta tendência observou-se em todos os setores, com exceção das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e das *Empresas Imobiliárias*. O setor das *Indústrias transformadoras* mantém-se como o setor que proporciona a maior rentabilidade, na ordem dos 17,5%, enquanto o setor da *Saúde* continua a ser o que proporciona a rentabilidade mais baixa, na ordem dos -9%. O setor da *Cultura* destaca-se como o setor com maior aumento de rentabilidade do capital próprio, de -2,8% em setembro de 2014 para 6,8% em setembro de 2015. Sublinhe-se que foram excluídas da análise da rentabilidade do capital próprio as empresas com capitais próprios negativos.

5.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento²⁶, Rácio de Endividamento Corrente²⁷ e Custo do Passivo Remunerado²⁸.

Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade (unidades definidas no texto)

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	T3 2015	T4 2014	T3 2015	T4 2014	T3 2015	T3 2014
Cultura	0,506	0,492	0,454	0,436	0,090	0,099
Gestoras de Património	3,170	3,077	0,161	0,195	0,025	0,029
Comunicação	1,046	1,073	0,708	0,707	0,031	0,044
Saúde	0,879	0,863	0,871	0,856	1,878	0,015
Empresas Financeiras	0,644	0,645	0,257	0,124	0,003	0,035
Empresas Imobiliárias	0,291	0,332	0,078	0,082	0,031	0,039
Administração Pública	0,689	0,695	0,048	0,056	0,014	0,016
Agricultura e Pescas	0,354	0,338	0,209	0,179	-	-
Construção	1,668	1,664	0,229	0,090	0,006	0,010
Indústrias transformadoras	0,335	0,330	0,104	0,102	-	-
Transportes e armazenagem	1,074	1,115	0,188	0,188	0,032	0,033
Total	1,022	1,045	0,259	0,240	0,026	0,031

Fonte: SIRIEF

O Rácio de Endividamento diminuiu, em termos globais, de janeiro a setembro de 2015, mantendo-se no entanto o total do Ativo inferior ao total do Passivo. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo é cerca de três vezes superior ao total do Ativo, traduzindo-se num Capital Próprio negativo. Adicionalmente, serão ainda de referir outros três setores com rácio de endividamento superior a um: *Construção*, *Transportes e armazenagem* e *Comunicação*. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representa cerca de 26% do Ativo.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado a 30 de setembro de 2015, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiam, diminuiu face ao período homólogo para cerca de 2,6%, o que corresponde a uma taxa anual efetiva de 3,5%. Todos os setores, com exceção do setor da *Saúde*, diminuíram o seu Custo do Passivo Remunerado. No caso da *Saúde*, o aumento significativo deste indicador justifica-se pela amortização da quase totalidade do seu passivo remunerado. Refira-se que este setor apresentava no início de 2015 um passivo remunerado de cerca de 1 milhão de euros, que durante os primeiros nove meses de 2015 foi reduzido para 279 mil euros. Assim, a conjugação do valor dos juros

²⁶ Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total

²⁷ Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total

²⁸ Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado



suportados até final de setembro com o montante em dívida no final do mesmo mês, leva a uma distorção do valor final deste rácio, uma vez que o denominador diminui substancialmente.

6 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, por empresas do SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Ainda em 2013 entra em vigor o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, através do qual o IGCP assume a competência para a gestão dos IGRF contratados pelas Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer do IGCP.

Neste contexto, não foram registadas operações ativas de gestão dos IGRF no terceiro trimestre do ano. Por outro lado, dois *swaps* de cobertura cambial contratados pela AdP atingiram a maturidade. Adicionalmente, a Transportes Aéreos Portugueses contratou um novo IGRF de curto prazo, para cobertura do preço de *jet fuel*, quando um contrato anterior atingiu a maturidade.

Assim, a 30 de setembro de 2015 existiam 33 IGRF nas carteiras de nove empresas públicas, repartidas por dois setores de atividade, com um valor contratual agregado de 2.449,2 milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de 420,8 milhões de euros²⁹. A

²⁹ O valor contratual apresentado difere do que tem sido referido nos relatórios anteriores devido a uma alteração de metodologia interna, passando-se a considerar que o valor contratual de uma opção de conversão de obrigações da Parpública em ações da GALP Energia, SGPS, S.A. (GALP), corresponde ao valor nominal dessas obrigações (885 milhões de euros). Simultaneamente, verificou-se que o modelo de valorização utilizado na avaliação deste derivado se tornava muito sensível à volatilidade no mercado para preços da ação da GALP bastante inferiores ao preço a partir



Tabela 14 e a Tabela 16 caracterizam os IGFR agregados por empresa, quanto ao valor contratual e valor de mercado das operações. Note-se que este conjunto não inclui 9 IGFR com estruturas do tipo *snowball*, contratados junto do Banco Santander Totta, que estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos propostos pelo banco³⁰.

Tabela 14 – Valor dos IGFR por setor de atividade

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.09.2015

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM ³¹
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. ³²	1	9.675	-1.543
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2	125.800	-20.897
Comboios de Portugal, E.P.E.	1	75.000	-2.562
Metro do Porto, S.A.	2	101.303	-22.046
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	16	615.748	-131.929
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	4	81.782	-13.088
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	1	27.500	-1.981
Subtotal Transportes e armazenagem	27	1.036.809	-194.080
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	2	70.000	-16.440
Subtotal Empresas Financeiras	2	70.000	-16.440
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A. ³³	4	1.342.414	-210.297
Total	33	2.449.223	-420.817

Fonte: IGCP

Tabela 15 – Carteira de derivados da Parpública

Unidade: milhares de euros

	Valor contratual			MtM ²⁶		
	1T15	2T15	3T15	1T15	2T15	3T15
Valor inicial	465.069	456.764	1.342.414	-267.205	-186.108	-210.297
Valor corrigido	1.350.719	1.342.414	1.342.414	-280.328	-212.403	-210.297

do qual os investidores têm a opção de conversão, o que resultava em variações do MtM com pouco significado económico (principalmente entre agosto e setembro). Consequentemente, optou-se por alterar o modelo utilizado, o que resultou numa alteração do MtM. Os valores para a carteira de derivados da PARPÚBLICA com o novo modelo estão apresentados na tabela 15.

³⁰ Mais concretamente, e face ao comunicado da Senhora Secretária de Estado do Tesouro de 26 de abril 2013, o Banco Santander Totta propôs num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

³¹ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível. A valorização do IGCP foi usada para um derivado da Parpública e da Metro do Porto.

³² Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

³³ Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre ações da GALP.



No terceiro trimestre, o resultado potencial da carteira de derivados do SEE (excluindo derivados Banco Santander Totta), ajustado pelos recebimentos/pagamentos de cupões, registou uma variação negativa próxima de 21 milhões de euros face ao trimestre anterior. Este resultado decorre principalmente da redução das taxas *swap* do euro e da queda acentuada do preço do petróleo ao longo do trimestre, sendo explicado principalmente pelas seguintes operações: i) *receiver swaptions* da Metropolitano de Lisboa com uma variação de -12,3 milhões de euros; ii) *swaps* de *jet fuel* da Transportes Aéreos Portugueses com uma variação próxima de 10,5 milhões de euros.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa (excluindo os nove derivados Banco Santander Totta), entre o segundo e o terceiro trimestre de 2015.

Tabela 16 – Variação dos IGRF, por setor de atividade

Unidade: milhares de euros				
Empresa	MtM T3 2015 ³⁴	MtM T2 2015 ^{29, 35}	Cash Flow T3 2015	Variação ³⁶
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	-16,440.2	-29,995.0	-13,766.7	-211.9
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-1,577.2	-1,543.3	0.0	-33.8
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-20,897.0	-22,722.5	-1,886.1	-60.6
Comboios de Portugal, E.P.E.	-2,562.3	-2,541.7	0.0	-20.6
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-131,928.7	-126,204.6	-5,487.6	-11,211.7
Metro do Porto, S.A.	-22,046.1	-20,457.0	0.0	-1,589.2
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A.	-210,297.2	-212,402.9	0.0	2,105.7
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	-13,088.1	-2,663.6	-136.2 ^(***)	-10,560.7
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-1,980.5	-2,597.7	0.0	617.3
Total Geral	-420,817.3	-421,128.4	-21,276.7	-20,965.6

Fonte: IGCP

A análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, apresentada na tabela seguinte, revela que uma variação paralela positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar (curvas *swap*), em simultâneo, teria um impacto favorável de cerca de 148,3 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 227,4 milhões de euros. Por comparação com o

³⁴ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível. A valorização do IGCP foi usada para um derivado da Parpública e da Metro do Porto.

³⁵ A valorização MtM da carteira de derivados da Parpública apresentada para o 2º trimestre não coincide com o valor reportado no relatório anterior, uma vez que da alteração de metodologia (veja-se a nota de rodapé número 24) resultou também uma alteração do modelo utilizado no cálculo da valorização. O valor para o MtM no 2º trimestre reportado nesta tabela corresponde à valorização obtida de acordo com a nova metodologia.

³⁶ A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o primeiro trimestre de 2015 e dos Cash Flows do mesmo período.

trimestre anterior, a sensibilidade do valor de mercado a um choque positivo de 1 p.p. nas taxas de juro aumentou cerca de 10%, enquanto a sensibilidade a um choque negativo de 1 p.p. aumentou 18%³⁷.

Tabela 17 – Análise de sensibilidade a choque das curvas *swap* EUR e USD

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.09.2015

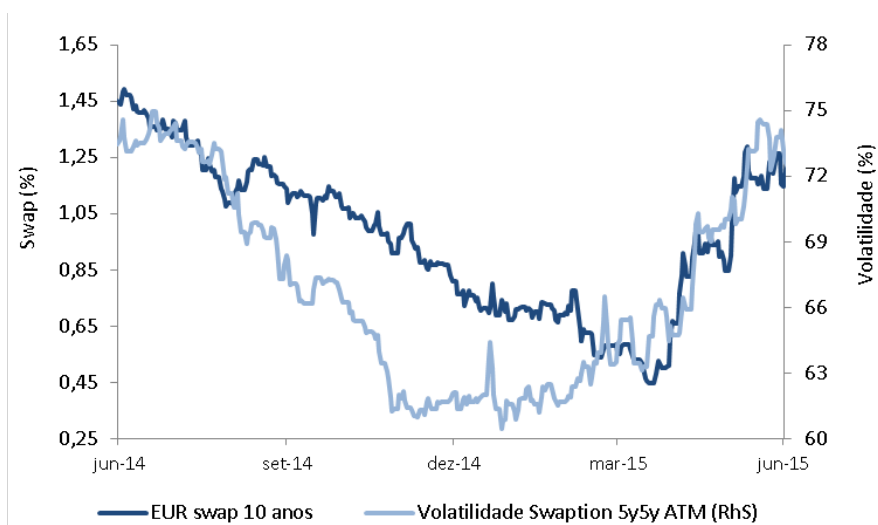
Empresa	Nº Operações	MtM ³⁸	+1p.p.	-1p.p.
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	2	-16,440	6,181	-7,132
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	1	-1,577	264	-271
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2	-20,897	413	-426
Comboios de Portugal, E.P.E.	1	-2,562	386	-390
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	16	-131,929	68,869	-133,738
Metro do Porto, S.A.	2	-22,046	7,177	-7,814
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A.	4	-210,297	64,344	-76,957
Transportes Aéreos portugueses, S.A.	4	-13,088	363	-379
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	1	-1,980	293	-300
Total	33	-420,817	148,290	-227,408

Por último, apresenta-se de seguida a evolução da taxa *swap* do euro a 10 anos e da volatilidade de uma *swaption* 5y5y *at-the-money*³⁹ (ATM), na Figura 9, e do preço do Brent, na Figura 10, procurando-se com estes indicadores evidenciar as alterações de mercado nos últimos meses.

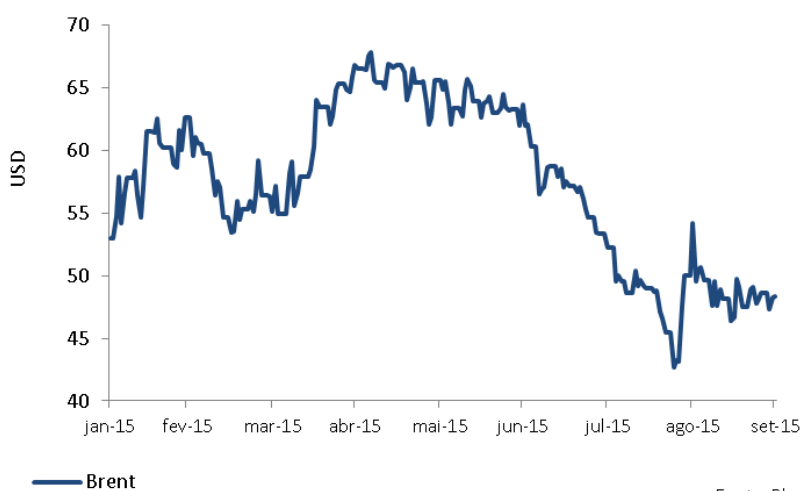
³⁷ Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores, a persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro justifica que não se imponha um limite inferior de 0% nas taxas de juro. No entanto, alguns dos modelos utilizados para calcular o MtM destas operações não permitem taxas negativas, pelo que nestes casos a sensibilidade às taxas de juro foi calculada com recurso a modelos diferentes dos usados para calcular o valor de mercado.

³⁸ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível. A valorização do IGCP foi usada para um derivado da Parpública e da Metro do Porto.

³⁹ Representa a volatilidade implícita no preço de uma opção com vencimento daqui a 5 anos para entrar num *swap* de taxa fixa com maturidade de 5 anos ao nível previsto pela *forward* atual. Atendendo ao facto de haver derivados nas carteiras das empresas públicas com *caps* de curto prazo e outros com *swaptions* de longo prazo, considera-se que a *swaption* 5y5y é um bom indicador para medir a evolução do nível geral da volatilidade.

Figura 9 – Evolução de taxa *swap* EUR a 10 anos e de *swaption* 5y5y ATM

Fonte: Bloomberg

Figura 10 – Evolução do preço do Brent

Fonte: Bloomberg

7 RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

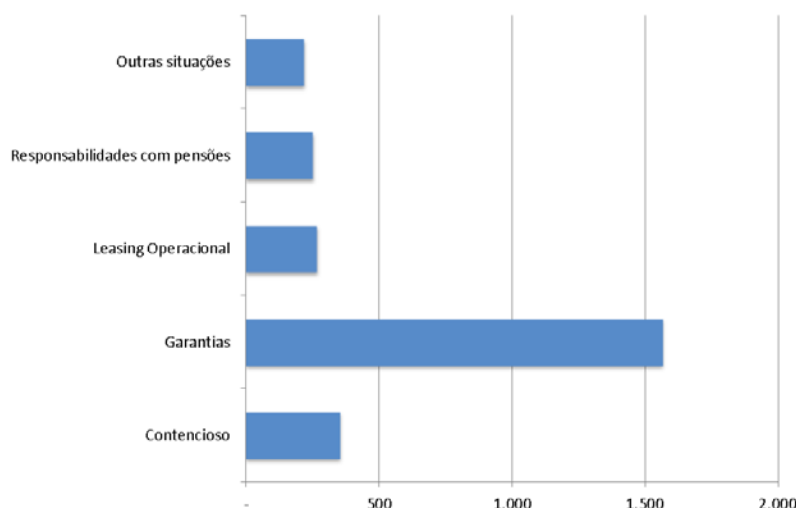
A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 30 de setembro de 2015, 542 situações com responsabilidades contingentes associadas, correspondendo a um total de 2,7 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 20,6% face ao montante de operações reportado no final de 2014.

A maioria das responsabilidades contingentes, no valor de cerca de 1,9 mil milhões de euros (72,4% do total), dizem respeito a três empresas: a AdP (com 40,5%), a Transportes Aéreos Portugueses (com 18,9%) e a Metropolitano de Lisboa (com 15%).

Figura 11 – Responsabilidades Contingentes por tipologia

Unidade: Milhares de euros



Fonte: DGTF

No que respeita à tipologia das Responsabilidades Contingentes, cerca de 1,6 mil milhões de euros (58,9%) dizem respeito a garantias. A desagregação das garantias concedidas por setor revela uma elevada concentração nas *Empresas Financeiras*, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

A segunda tipologia com maior destaque é o Contencioso, que representa 354 milhões de euros (13,3%). As empresas que apresentam maior montante no que respeita a esta categoria são a Metropolitano de Lisboa e a Transportes Aéreos Portugueses, devido a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em infraestruturas de longa duração.



Destaque-se ainda o *leasing* operacional, que totaliza aproximadamente 268,4 milhões de euros (10,1%) e que se encontra concentrado no setor dos *Transportes e Armazenagem*, nomeadamente na Transportes Aéreos Portugueses, uma vez que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no setor dos *Transportes e Armazenagem*.

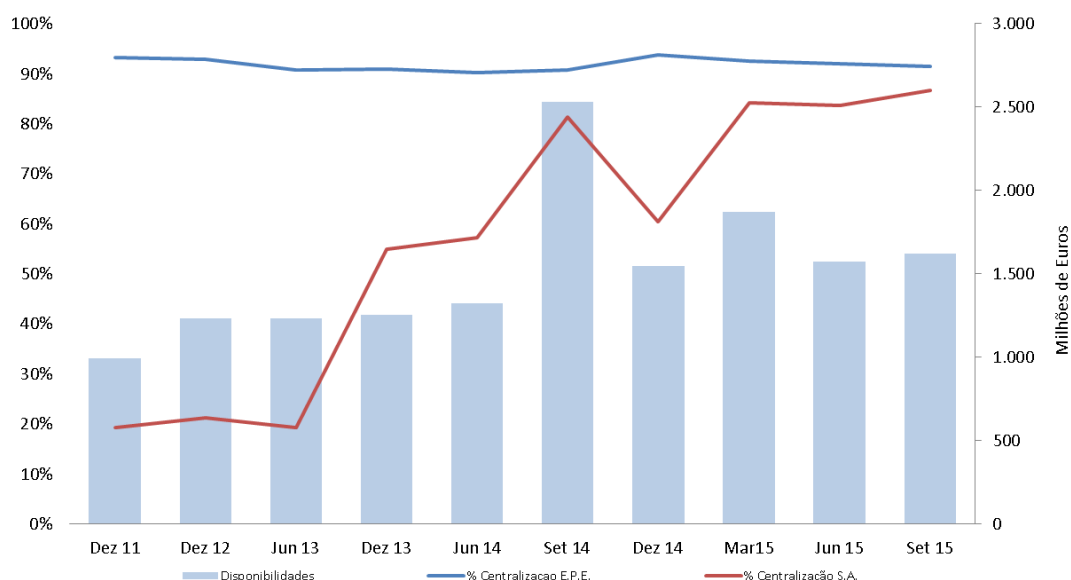
Por fim refira-se que 76,3% das ocorrências não têm um horizonte temporal definido para a sua resolução, uma vez que se encontram pendentes de resolução de processos em contencioso.

8 UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (S.A.) ou Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então através de normas orçamentais. Salienta-se o facto de as E.P.E. estarem já obrigadas ao cumprimento do princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005. Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do princípio da UTE e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas⁴⁰ junto do IGCP desde dezembro de 2011.

Figura 12 – Centralização das disponibilidades por tipo de empresa



Fonte: SiRIEF

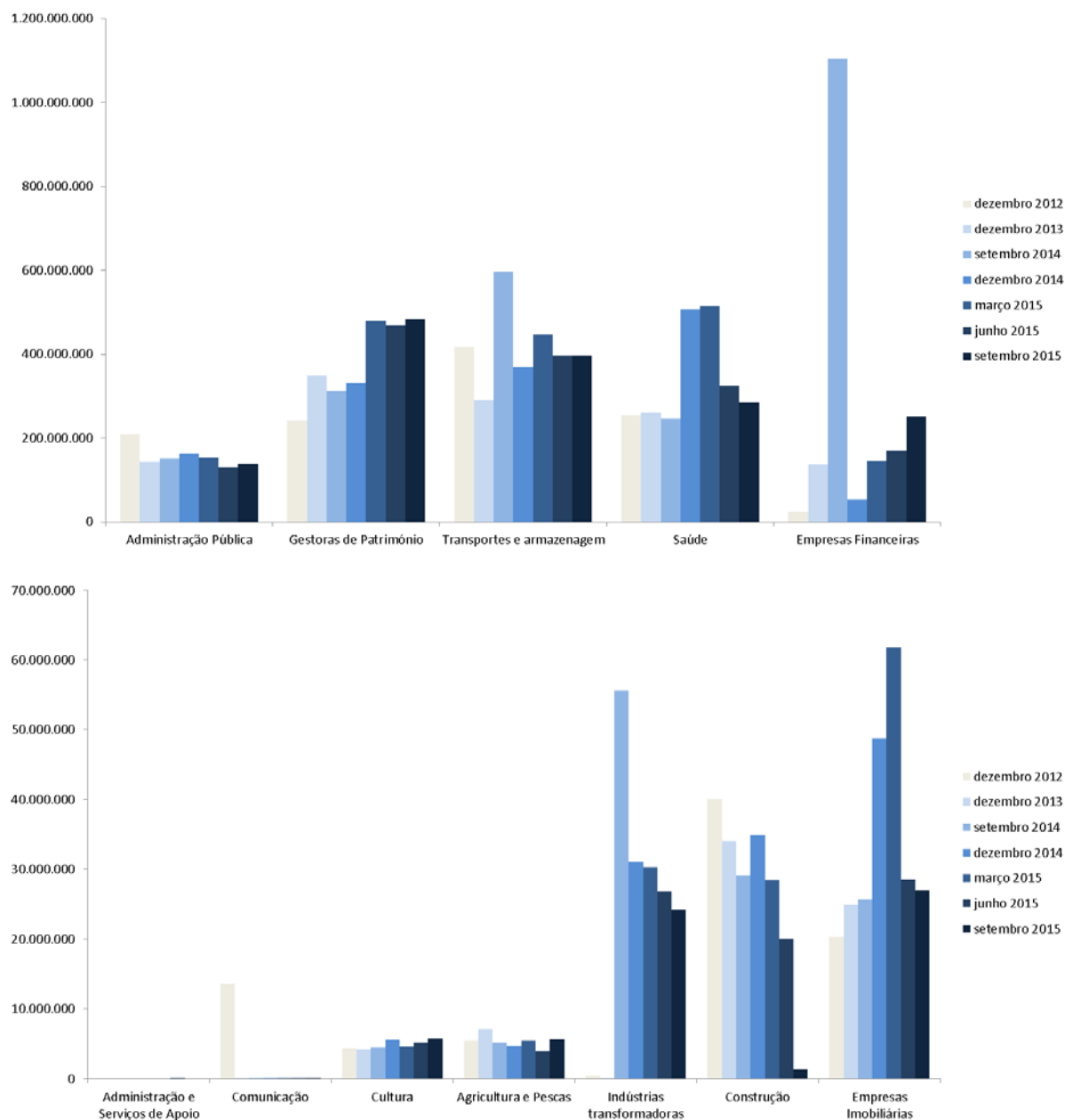
No terceiro trimestre de 2015, as S.A. apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 87%, tendo aumentado face aos 60,4% registados no quarto trimestre de 2014. Por outro lado, as E.P.E. registaram uma taxa de centralização que ronda os 91,5%, representando neste caso uma diminuição face aos 93,8% registados no quarto trimestre de 2014.

A nível setorial, os setores das *Gestoras de Património* e dos *Transportes e Armazenagem* assumem particular relevância, representando respetivamente cerca de 30% e 25% fundos centralizados no IGCP.

⁴⁰ Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.

Figura 13 – Fundos centralizados no IGCP por setor de atividade⁴¹

Unidade: Milhões de euros



Fonte: SiRIEF

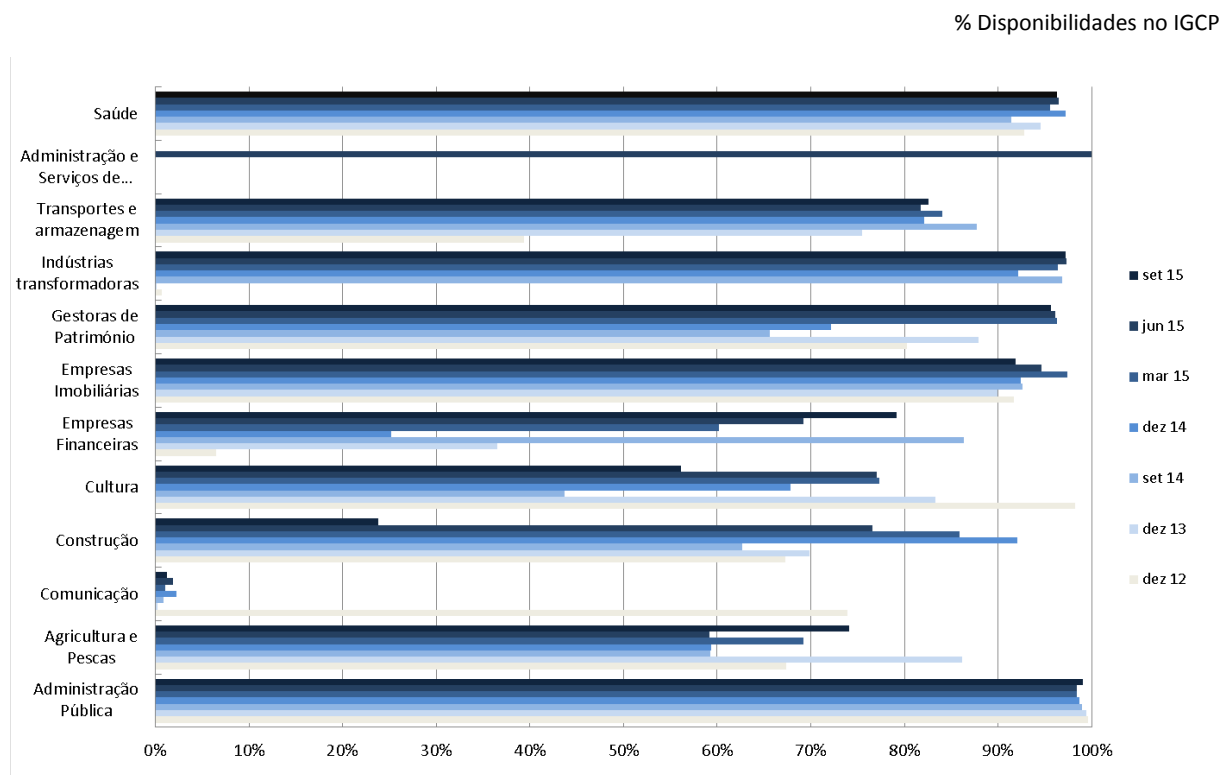
Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes ao setor das *Empresas Financeiras*, de 25% no final de 2014 para 79% no final do terceiro trimestre de 2015, igualmente acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas no IGCP. Por outro lado, o setor da *Construção* registou uma

⁴¹ O setor da *Administração e Serviços de Apoio*, constituído pela Sagesecur – Sociedade de estudos, desenvolvimento e participação em projetos, S.A., consta da informação disponibilizada pela DGTF à UTAM no que respeita à centralização de fundos no IGCP. Uma vez que para as restantes secções não foi disponibilizada informação pelas empresas, o setor em questão apenas figura na presente secção.

diminuição significativa da taxa de centralização de fundos no IGCP, de 92% no final de 2014 para 24% no final do terceiro trimestre de 2015.

Os setores da *Administração Pública*, das *Empresas Imobiliárias*, das *Gestoras de Património*, das *Indústrias Transformadoras* e da *Saúde* apresentam uma taxa de centralização de fundos no IGCP superior a 90%, tal como se pode observar na figura seguinte.

Figura 14 – Centralização de disponibilidades por setor de atividade



Fonte: SiRIEF



ANEXOS

A. EMPRESAS CONSIDERADAS

Cultura

Circuito do Estoril, S.A.

OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.*

Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Teatro Nacional S. João, E.P.E.*

Gestoras de Património

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.

Parque Expo 98, S.A. * †

PARUPS, S.A.*

PARVALOREM, S.A.*

Polis Litoral Ria Formosa, S.A.*

Polis Litoral Sudoeste, S.A.*

SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.

Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.*

Comunicação

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.*

Saúde

Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.

Centro Hospitalar Baixo Vouga, E.P.E.

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.*

Centro Hospitalar São João, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.

Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.*

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.*

Hospital Espírito Santo de Évora, E.P.E.*

Hospital Garcia da Orta, E.P.E.*

Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.*

Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.*

IPO - Lisboa, E.P.E.*

IPO - Porto, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.*

Empresas Financeiras

AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. * †

Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.

Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.

Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Empresas Imobiliárias

Baía do Tejo, S.A.

Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.*

Lazer e Floresta, S.A.

Administração Pública

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.*

Parque Escolar, E.P.E.*

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.*

Agricultura e Pescas

Companhia das Lezírias, S.A.

Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

Construção

EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.*

Indústrias transformadoras

Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

Transportes e armazenagem

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

EP – Estradas de Portugal, S.A.*

Metro do Mondego, S.A.*

Metro do Porto, S.A.*

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.*

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.

Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.

REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.*

Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.

* Empresas Públicas Recllassificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

**Alterações face ao Boletim Informativo do 2.º Trimestre⁴²****Entradas**

Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.
Centro Hospitalar Baixo Vouga, E.P.E.
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
Hospital Espírito Santo de Évora, E.P.E.

Saídas

Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.
Polis Litoral da Ria de Aveiro, S.A.
SAGESTAMO Sociedade Gestora de Participações Sociais
Imobiliárias, S.A.
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.
VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa
Polis Viana do Castelo, S.A.

⁴² Empresas que passam a figurar no Boletim por reunirem a totalidade da informação necessária para a análise e empresas que deixam de figurar no Boletim por não reunirem a totalidade da informação referida a 30 de novembro de 2015.

**B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****Tabela 18 – Resultado Líquido por empresa**

Unidade: Milhares de euros

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Cultura	636	-156	792	508%	-36	672	1843%
Circuito do Estoril, S.A.	629	212	417	196%	-205	834	407%
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-266	-100	-166	-166%	281	-548	-195%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-36	-268	232	87%	-398	362	91%
Teatro Nacional S. João, E.P.E.	309	0	309	0%	285	24	8%
Gestoras de Património	-108.199	-154.116	45.917	30%	-175.417	67.218	38%
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	399	239	159	67%	459	-60	-13%
Parque Expo 98, S.A.	20.677	-9.348	30.025	321%	-4.653	25.329	544%
PARUPS, S.A.	-34.549	-40.828	6.279	15%	-54.219	19.670	36%
PARVALOREM, S.A.	-95.781	-105.909	10.127	10%	-118.074	22.293	19%
Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	0	0	-0	-	0	0	-
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	2.612	3.176	-563	-18%	2.602	10	0%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-1.556	-1.447	-110	-8%	-1.532	-25	-2%
Comunicação	7.829	-355	8.184	2308%	1.121	6.708	598%
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	248	-331	579	175%	-60	308	511%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	7.581	-23	7.604	32835%	1.181	6.400	542%
Saúde	-183.943	306.749	-490.692	-160%	-161.714	-22.229	-14%
Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.	-4.822	-9.877	5.055	51%	-6.058	1.235	20%
Centro Hospitalar Baixo Vouga, E.P.E.	-8.220	-1.554	-6.666	-429%	-5.109	-3.111	-61%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-10.250	-2.957	-7.292	-247%	-12.364	2.114	17%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-27.017	-8.229	-18.788	-228%	-25.518	-1.499	-6%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-51.142	-43.428	-7.714	-18%	-12.509	-38.633	-309%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-9.350	-4.929	-4.421	-90%	-13.522	4.172	31%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-13.015	-11.192	-1.823	-16%	-1.627	-11.388	-700%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-9.077	-3.938	-5.139	-130%	-4.491	-4.586	-102%
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	10.034	289.676	-279.642	-97%	7.728	2.306	30%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-3.165	-216	-2.949	-1366%	-2.591	-574	-22%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-8.538	-4.786	-3.752	-78%	-9.955	1.417	14%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-2.021	-3.535	1.514	43%	-4.295	2.274	53%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-1.277	-1.927	649	34%	-7.157	5.880	82%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	1.856	1.490	367	25%	-2.165	4.022	186%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-2.954	-2.156	-797	-37%	-4.053	1.099	27%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-11.190	-960	-10.230	-1066%	-12.006	816	7%

**Tabela 18 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	920	617	303	49%	-13	933	6994%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	976	-474	1.450	306%	-584	1.560	267%	
Hospital Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-6.325	119.286	-125.611	-105%	-6.371	46	1%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	868	1.272	-403	-32%	-9.691	10.559	109%	
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-16.128	-4.170	-11.958	-287%	-6.519	-9.608	-147%	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-221	9.820	-10.041	-102%	-989	769	78%	
IPO - Lisboa, E.P.E.	-9.169	-3.855	-5.314	-138%	-6.263	-2.906	-46%	
IPO - Porto, E.P.E.	-1.364	-4.204	2.840	68%	-4.853	3.489	72%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-2.856	-1.502	-1.354	-90%	-5.468	2.612	48%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-500	-1.524	1.024	67%	-5.274	4.774	91%	
Empresas Financeiras	-11.364	40.895	-52.259	-128%	-75.646	64.282	85%	
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	145.231	128.605	16.626	13%	51.793	93.438	180%	
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	350	1.900	-1.550	-82%	-2.600	2.949	113%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	190	123	67	55%	129	61	47%	
Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A.	-157.755	-90.473	-67.282	-74%	-126.428	-31.327	-25%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	621	740	-119	-16%	1.459	-838	-57%	
Atividades imobiliárias	22.282	19.798	2.483	13%	25.183	-2.901	-12%	
Baía do Tejo, S.A.	-181	88	-269	-305%	-184	3	2%	
Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	22.465	19.568	2.897	15%	25.066	-2.602	-10%	
Lazer e Floresta, S.A.	-2	143	-145	-102%	301	-303	-101%	
Administração Pública	11.442	32.572	-21.130	-65%	5.808	5.634	97%	
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	1.236	5	1.231	24667%	20.667	-19.431	-94%	
Parque Escolar, E.P.E.	6.790	31.713	-24.923	-79%	-17.962	24.753	138%	
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	8.514	357	8.156	2284%	1.895	6.619	349%	
Agricultura e Pescas	3.073	1.636	1.438	88%	2.041	1.032	51%	
Companhia das Lezírias, S.A.	616	314	302	96%	501	115	23%	
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	2.457	1.322	1.136	86%	1.540	917	60%	
Construção	-13.240	-15.952	2.712	17%	10.484	-23.724	-226%	
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-13.240	-15.952	2.712	17%	10.484	-23.724	-226%	

**Tabela 18 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Indústrias transformadoras	14.907	17.064	-2.157	-13%	15.933	-1.026	-6%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	14.907	17.064	-2.157	-13%	15.933	-1.026	-6%	
Transportes e armazenagem	-439.131	-349.802	-89.329	-26%	-591.161	152.030	26%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	1.877	-1.765	3.643	206%	2.013	-136	-7%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	8.617	8.197	420	5%	8.367	250	3%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	13.194	9.877	3.316	34%	10.172	3.021	30%	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	3.000	2.435	565	23%	3.316	-316	-10%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-37.373	-26.954	-10.419	-39%	-37.285	-87	0%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-107.034	-126.477	19.443	15%	-160.586	53.552	33%	
EP – Estradas de Portugal, S.A.	68.725	66.684	2.041	3%	6.841	61.883	905%	
Metro do Mondego, S.A.	-13	-16	3	16%	-16	3	18%	
Metro do Porto, S.A.	-215.470	-157.241	-58.229	-37%	-252.922	37.452	15%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-53.083	-55.654	2.570	5%	-36.288	-16.796	-46%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	8.465	5.593	2.872	51%	12.811	-4.346	-34%	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	-69.603	-112.771	43.168	38%	-65.907	-3.696	-6%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-14.519	-20.749	6.230	30%	-45.191	30.671	68%	
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	-35.017	75.296	-110.312	-147%	-27.720	-7.297	-26%	
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-10.895	-16.257	5.361	33%	-8.767	-2.128	-24%	
Total	-695.707	-101.666	-594.041	584%	-943.405	247.698	26%	

Fonte: SiRIEF



Tabela 19 – Endividamento por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Cultura	923	907	16	2%	913	10	1%
Circuito do Estoril, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	923	907	16	2%	913	10	1%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Teatro Nacional S. João, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Gestoras de Património	5.170.718	5.533.782	-363.063	-7%	5.093.330	77.389	2%
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Parque Expo 98, S.A.	134.328	12.301	122.027	992%	164.361	-30.034	-18%
PARUPS, S.A.	621.108	1.410.897	-789.789	-56%	604.662	16.446	3%
PARVALOREM, S.A.	4.363.241	4.058.062	305.179	8%	4.273.115	90.126	2%
Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	0	0	0	0%	0	0	-
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	0	0	0	0%	0	0	-
SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	29.400	29.230	170	1%	29.861	-461	-2%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	22.641	23.291	-650	-3%	21.331	1.311	6%
Comunicação	86.731	195.493	-108.762	-56%	78.316	8.415	11%
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	477	558	-81	-14%	696	-219	-31%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	86.254	194.936	-108.681	-56%	77.620	8.634	11%
Saúde	279	13.290	-13.011	-98%	1.240	-961	-77%
Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar Baixo Vouga, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	0	5.960	-5.960	-100%	958	-958	-100%
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	186	0	186	0%	205	-19	-9%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-

**Tabela 19 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Hospital Espírito Santo de Évora, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	13	0	13	0%	17	-4	-22%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
IPO - Lisboa, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
IPO - Porto, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	80	0	80	0%	60	20	33%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	0	7.330	-7.330	-100%	0	0	-
Empresas Financeiras	4.551.648	4.845.241	-293.593	-6%	4.859.135	-307.487	-6%
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	505.000	505.000	0	0%	605.000	-100.000	-17%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	207.900	-51.039	258.939	507%	207.900	0	0%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Parpública -Participações Públicas SGPS, S.A.	3.838.748	4.391.280	-552.532	-13%	4.046.235	-207.487	-5%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Atividades imobiliárias	356.984	354.584	2.400	1%	426.866	-69.882	-16%
Baía do Tejo, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	356.984	354.584	2.400	1%	426.866	-69.882	-16%
Lazer e Floresta, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Administração Pública	1.465.370	1.505.157	-39.787	-3%	1.485.373	-20.003	-1%
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	359.600	359.387	213	0%	360.013	-413	0%
Parque Escolar, E.P.E.	1.105.770	1.145.770	-40.000	-3%	1.125.360	-19.590	-2%
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	0	0	0	-	0	0	-
Agricultura e Pescas	0	0	0	-	0	0	-
Companhia das Lezírias, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Construção	728.941	728.525	416	0%	735.436	-6.495	-1%
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	728.941	728.525	416	0%	735.436	-6.495	-1%

**Tabela 19 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	rel. [1]/[3]-1
Indústrias transformadoras	0	0	0	0%	0	0	0%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Transportes e armazenagem	21.269.680	20.164.225	1.105.455	5%	22.537.618	-1.267.938	-6%
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	17.776	17.776	0	0%	18.634	-858	-5%
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	20.000	20.000	0	0%	20.000	0	0%
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	736.189	836.073	-99.884	-12%	813.320	-77.131	-9%
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	3.529.601	3.654.892	-125.291	-3%	4.134.441	-604.840	-15%
EP – Estradas de Portugal, S.A.	2.573.185	1.954.085	619.100	32%	2.539.489	33.695	1%
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0	-	0	0	-
Metro do Porto, S.A.	3.293.499	3.300.847	-7.348	0%	3.220.741	72.758	2%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	3.759.530	3.262.981	496.550	15%	3.816.332	-56.801	-1%
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	6.075	6.075	0	0%	7.322	-1.247	-17%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	5.787.226	5.576.287	210.939	4%	6.431.804	-644.578	-10%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	420.736	423.196	-2.460	-1%	415.208	5.528	1%
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	932.894	923.236	9.658	1%	935.286	-2.392	0%
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	192.970	188.779	4.191	2%	185.041	7.929	4%
Total	33.631.275	33.341.204	290.071	1 %	35.218.228	-1.586.953	-5 %

Fonte: SiRIEF



Tabela 20 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	1.358	639	718	112%	700	658	94%	
Circuito do Estoril, S.A.	860	467	394	84%	88	772	873%	
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-123	24	-146	-622%	428	-550	-129%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	143	-26	169	644%	-233	376	161%	
Teatro Nacional S. João, E.P.E.	477	176	301	172%	417	60	14%	
Gestoras de Património	11.401	-150.091	161.492	108%	-42.618	54.019	127%	
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	335	75	260	344%	330	5	2%	
Parque Expo 98, S.A.	21.791	-5.503	27.295	496%	1.822	19.970	1096%	
PARUPS, S.A.	-5.352	-40.828	35.475	87%	-21.220	15.868	75%	
PARVALOREM, S.A.	-6.913	-105.909	98.995	93%	-25.202	18.288	73%	
Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	-15	3	-17	-677%	-31	16	52%	
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	-11	0	-11	0%	-25	13	54%	
SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	2.586	2.894	-308	-11%	2.631	-46	-2%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-1.019	-823	-196	-24%	-924	-95	-10%	
Comunicação	16.066	13.731	2.335	17%	11.467	4.599	40%	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	606	91	515	568%	339	268	79%	
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	15.459	13.640	1.819	13%	11.128	4.331	39%	
Saúde	-103.396	395.198	-498.594	-126%	-80.565	-22.830	-28%	
Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.	-3.643	-8.631	4.987	58%	-4.560	917	20%	
Centro Hospitalar Baixo Vouga, E.P.E.	-6.597	-1.556	-5.041	-324%	-3.290	-3.306	-100%	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-7.158	141	-7.299	-5189%	-9.086	1.927	21%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-20.272	-140	-20.133	-14418%	-22.539	2.266	10%	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-42.746	-34.653	-8.093	-23%	-3.767	-38.979	-1035%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-4.480	283	-4.763	-1686%	-8.191	3.710	45%	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-10.595	-8.741	-1.855	-21%	849	-11.444	-1348%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-3.969	869	-4.837	-557%	820	-4.788	-584%	
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	14.314	294.303	-279.990	-95%	12.127	2.186	18%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-2.167	567	-2.734	-482%	-1.616	-551	-34%	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-4.746	1.326	-6.072	-458%	-6.656	1.910	29%	
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	441	-964	1.405	146%	-1.680	2.121	126%	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	4.885	5.443	-558	-10%	-573	5.457	953%	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	4.972	4.649	323	7%	1.030	3.942	383%	
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-961	156	-1.116	-717%	-1.976	1.015	51%	
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-5.771	4.551	-10.322	-227%	-6.615	844	13%	



Tabela 20 – EBITDA por empresa (continuação)

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	1.121	861	260	30%	223	899	404%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	1.406	133	1.273	956%	-39	1.445	3747%	
Hospital Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-4.302	121.365	-125.667	-104%	-4.427	124	3%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	2.925	4.197	-1.272	-30%	-6.867	9.792	143%	
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-13.362	-1.170	-12.192	-1042%	-3.604	-9.758	-271%	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-237	9.820	-10.058	-102%	-771	534	69%	
IPO - Lisboa, E.P.E.	-5.000	756	-5.756	-761%	-2.118	-2.882	-136%	
IPO - Porto, E.P.E.	3.482	1.219	2.262	186%	298	3.184	1069%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-1.572	83	-1.655	-1986%	-4.117	2.546	62%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	637	330	307	93%	-3.420	4.058	119%	
Empresas Financeiras	-14.180	66.888	-81.068	-121%	49.159	-63.339	-129%	
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	320	1.212	-892	-74%	2.219	-1.899	-86%	
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	726	2.778	-2.053	-74%	-919	1.645	179%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	192	118	74	62%	127	65	51%	
Parpública -Participações Públicas SGPS, S.A.	-16.872	61.718	-78.590	-127%	46.162	-63.034	-137%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.455	1.062	393	37%	1.570	-115	-7%	
Atividades imobiliárias	37.129	36.054	1.074	3%	36.698	430	1%	
Baía do Tejo, S.A.	281	545	-265	-49%	298	-17	-6%	
Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	36.812	35.269	1.543	4%	36.036	776	2%	
Lazer e Floresta, S.A.	36	240	-204	-85%	364	-328	-90%	
Administração Pública	78.562	105.048	-26.486	-25%	79.557	-995	-1%	
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	1.922	327	1.595	488%	26.054	-24.131	-93%	
Parque Escolar, E.P.E.	71.452	103.405	-31.952	-31%	49.190	22.262	45%	
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	5.187	1.316	3.871	294%	4.313	874	20%	
Agricultura e Pescas	6.159	4.789	1.370	29%	5.325	834	16%	
Companhia das Lezírias, S.A.	1.487	1.206	281	23%	1.347	140	10%	
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	4.672	3.583	1.089	30%	3.977	694	17%	
Construção	4.325	10.359	-6.034	-58%	5.716	-1.390	-24%	
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	4.325	10.359	-6.034	-58%	5.716	-1.390	-24%	

**Tabela 20 – EBITDA por empresa (continuação)**

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Indústrias transformadoras	24.193	26.009	-1.817	-7%	24.760	-567	-2%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	24.193	26.009	-1.817	-7%	24.760	-567	-2%	
Transportes e armazenagem	545.138	567.393	-22.255	-4%	414.919	130.219	31%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	8.071	4.699	3.372	72%	8.323	-252	-3%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	26.624	24.980	1.644	7%	24.346	2.278	9%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	31.411	25.018	6.393	26%	25.676	5.736	22%	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	6.300	5.665	634	11%	6.824	-524	-8%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-13.451	-2.986	-10.465	-351%	2.710	-16.161	-596%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	18.456	-12.786	31.241	244%	10.680	7.776	73%	
EP – Estradas de Portugal, S.A.	504.399	500.642	3.757	1%	396.466	107.933	27%	
Metro do Mondego, S.A.	-5	-10	5	54%	-10	6	55%	
Metro do Porto, S.A.	-17.217	-26.106	8.889	34%	-122.091	104.874	86%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-22.327	-28.499	6.172	22%	-3.947	-18.380	-466%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	15.861	12.096	3.765	31%	22.420	-6.559	-29%	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	-21.983	-45.722	23.739	52%	-12.429	-9.555	-77%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-3.753	-6.332	2.578	41%	-2.583	-1.171	-45%	
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	18.776	127.471	-108.695	-85%	62.054	-43.278	-70%	
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-6.024	-10.739	4.715	44%	-3.520	-2.505	-71%	
Total	606.754	1.076.018	-469.264	-44 %	505.117	101.637	20 %	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 21 – CMVMC por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	21	9	12	129%	13	8	62%	
Gestoras de Património	9.238	262	8.976	3430%	23.418	-14.180	-61%	
Comunicação	52.323	60.932	-8.609	-14%	65.052	-12.729	-20%	
Saúde	915.055	828.648	86.407	10%	870.530	44.525	5%	
Empresas Financeiras	0	0	0		0	0		
Empresas Imobiliárias	54.123	65.868	-11.745	-18%	16.946	37.177	219%	
Administração Pública	0	0	0		21.915	-21.915	-100%	
Agricultura e Pescas	3.376	3.133	243	8%	3.307	69	2%	
Construção	0	13	-13	-100%	8	-8	-100%	
Indústrias transformadoras	20.111	17.952	2.159	12%	16.070	4.041	25%	
Transportes e armazenagem	414.457	453.878	-39.422	-9%	300.188	114.269	38%	
Total	1.468.703	1.430.695	38.008	3%	1.317.446	151.257	11%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 22 – FSE por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	6.850	7.320	-470	-6%	5.334	1.516	28%	
Gestoras de Património	8.556	14.097	-5.541	-39%	9.764	-1.208	-12%	
Comunicação	30.803	32.700	-1.898	-6%	31.224	-421	-1%	
Saúde	386.081	394.839	-8.759	-2%	387.911	-1.830	0%	
Empresas Financeiras	7.004	8.549	-1.544	-18%	6.910	95	1%	
Empresas Imobiliárias	6.488	6.807	-319	-5%	7.527	-1.039	-14%	
Administração Pública	35.675	58.115	-22.440	-39%	40.059	-4.384	-11%	
Agricultura e Pescas	8.624	8.601	23	0%	6.929	1.694	24%	
Construção	101.148	104.250	-3.102	-3%	56.399	44.749	79%	
Indústrias transformadoras	9.936	9.974	-38	0%	9.189	748	8%	
Transportes e armazenagem	1.745.674	1.931.687	-186.013	-10%	1.800.773	-55.099	-3%	
Total	2.346.837	2.576.939	-230.102	-9%	2.362.018	-15.180	-1%	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 23 – Gastos com Pessoal por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T3 2015		Δ (2015E/2015P)		T3 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	14.441	13.950	491	4%	13.830	611	4%	
Gestoras de Património	13.029	16.428	-3.399	-21%	15.823	-2.794	-18%	
Comunicação	63.315	58.872	4.442	8%	65.185	-1.870	-3%	
Saúde	1.323.618	1.339.122	-15.504	-1%	1.324.137	-519	0%	
Empresas Financeiras	7.443	7.975	-532	-7%	6.928	515	7%	
Empresas Imobiliárias	2.686	2.686	0	0%	2.589	97	4%	
Administração Pública	10.585	12.747	-2.162	-17%	12.026	-1.441	-12%	
Agricultura e Pescas	10.485	11.013	-528	-5%	9.377	1.108	12%	
Construção	4.429	4.496	-66	-1%	4.430	-0	0%	
Indústrias transformadoras	15.720	16.104	-385	-2%	14.938	781	5%	
Transportes e armazenagem	744.894	756.412	-11.518	-2%	734.784	10.110	1%	
Total	2.210.646	2.239.804	-29.158	-1%	2.204.047	6.598	0%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 24 – Cultura: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	4	636	629	-266	159	137	393	4	-36	285	-398	-9	38	347
Endividamento	4	923	923	0	231	0	533	4	913	913	0	228	0	527
EBITDA	4	1.358	860	-123	339	310	425	4	700	428	-233	175	253	314
Volume de Negócios	4	6.219	2.649	244	1.555	1.663	1.163	4	4.407	2.531	248	1.102	814	991
Gastos Operacionais	4	21.311	13.309	1.551	5.328	3.226	9.003	4	19.177	12.411	1	4.794	2.989	8.311

Fonte: SIRIEF

Tabela 25 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	8	-108.199	20.677	-95.781	-13.525	-0	36.530	8	-175.417	2.602	-118.074	-21.927	-766	43.204
Endividamento	8	5.170.718	4.363.241	0	646.340	26.021	1.666.501	8	5.093.330	4.273.115	0	636.666	25.596	1.632.281
EBITDA	8	11.401	21.791	-6.913	1.425	-13	8.807	8	-42.618	2.631	-25.202	-5.327	-28	11.146
Volume de Negócios	8	11.829	6.034	0	1.479	165	2.213	8	25.500	16.740	0	3.188	163	6.007
Gastos Operacionais	8	30.822	18.163	139	3.853	1.120	6.121	8	49.005	18.109	0	6.126	1.092	10.588

Fonte: SIRIEF

**Tabela 26** – Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	7.829	7.581	248	3.915	3.915	5.186	2	1.121	1.181	-60	560	560	878
Endividamento	2	86.731	86.254	477	43.366	43.366	65.627	2	78.316	77.620	293	39.158	39.158	63.846
EBITDA	2	16.066	15.459	606	8.033	8.033	10.503	2	11.467	11.128	339	5.733	5.733	7.630
Volume de Negócios	2	167.776	156.680	11.096	83.888	83.888	102.943	2	172.492	161.562	10.929	86.246	86.246	106.514
Gastos Operacionais	2	146.441	135.999	10.442	73.220	73.220	131.947	2	161.461	150.885	0	80.730	80.730	146.423

Fonte: SIRIEF

Tabela 27 – Saúde: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	26	-183.943	10.034	-51.142	-7.075	-3.994	11.494	26	-161.714	7.728	-25.518	-6.220	-5.371	6.074
Endividamento	26	279	186	0	11	0	41	26	1.240	958	0	48	0	196
EBITDA	26	-103.396	14.314	-42.746	-3.977	-2.905	10.290	26	-80.565	12.127	-22.539	-3.099	-2.704	5.708
Volume de Negócios	26	2.386.482	255.617	15.542	91.788	66.808	67.423	26	2.373.206	272.284	13.789	91.277	67.215	71.035
Gastos Operacionais	26	2.624.754	299.127	15.885	100.952	78.187	131.780	26	2.582.578	294.788	951	99.330	74.661	129.864

Fonte: SIRIEF

**Tabela 28** – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	-11.364	145.231	-157.755	-2.273	350	107.184	5	-75.646	51.793	-126.428	-15.129	129	66.202
Endividamento	5	4.551.648	3.838.748	0	910.330	207.900	1.846.904	5	4.859.135	4.046.235	0	971.827	207.900	1.942.079
EBITDA	5	-14.180	1.455	-16.872	-2.836	320	7.862	5	49.159	46.162	-919	9.832	1.570	20.346
Volume de Negócios	5	13.293	8.254	0	2.659	632	3.514	5	13.141	8.436	0	2.628	402	3.718
Gastos Operacionais	5	14.448	6.770	200	2.890	2.901	4.371	5	13.838	6.857	0	2.768	2.733	4.203

Fonte: SIRIEF

Tabela 29 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	22.282	22.465	-181	7.427	-2	13.023	3	25.183	25.066	-184	8.394	301	14.440
Endividamento	3	356.984	356.984	0	118.995	0	214.429	3	426.866	426.866	0	142.289	0	264.591
EBITDA	3	37.129	36.812	36	12.376	281	21.163	3	36.698	36.036	298	12.233	364	20.615
Volume de Negócios	3	96.940	89.426	1.847	32.313	5.667	49.498	3	39.170	32.381	826	13.057	5.963	16.932
Gastos Operacionais	3	63.297	57.612	1.171	21.099	4.514	46.272	3	27.062	21.143	24	9.021	4.675	16.700

Fonte: SIRIEF

**Tabela 30** – Administração Pública: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015								2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão		N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	11.442	6.790	1.236	3.814	3.416	2.799	3	5.808	20.667	-17.962	1.936	3.103	19.341	
Endividamento	3	1.465.370	1.105.770	0	488.457	359.600	801.791	3	1.485.373	1.125.360	0	495.124	360.013	795.245	
EBITDA	3	78.562	71.452	1.922	26.187	5.187	39.235	3	79.557	49.190	4.313	26.519	26.054	22.442	
Volume de Negócios	3	114.569	70.405	18.573	38.190	25.591	28.119	3	144.582	68.637	28.336	48.194	47.609	20.157	
Gastos Operacionais	3	46.260	20.304	12.265	15.420	13.691	24.563	3	74.000	39.900	0	24.667	24.068	38.959	

Fonte: SIRIEF

Tabela 31 – Agricultura e pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015								2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão		N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	3.073	2.457	616	1.537	1.537	1.302	2	2.041	1.540	501	1.021	1.021	735	
Endividamento	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	
EBITDA	2	6.159	4.672	1.487	3.079	3.079	2.252	2	5.325	3.977	1.347	2.662	2.662	1.860	
Volume de Negócios	2	22.641	20.162	2.479	11.320	11.320	12.504	2	19.082	17.125	1.957	9.541	9.541	10.725	
Gastos Operacionais	2	22.484	16.286	6.198	11.242	11.242	19.602	2	19.612	13.437	1.255	9.806	9.806	16.859	

Fonte: SIRIEF

**Tabela 32** – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

2015								2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	-13.240	-13.240	-13.240	-13.240	-13.240	-	1	10.484	10.484	10.484	10.484	10.484	-
Endividamento	1	728.941	728.941	728.941	728.941	728.941	-	1	735.436	735.436	15.184	735.436	735.436	-
EBITDA	1	4.325	4.325	4.325	4.325	4.325	-	1	5.716	5.716	5.716	5.716	5.716	-
Volume de Negócios	1	11.887	11.887	11.887	11.887	11.887	-	1	11.528	11.528	11.528	11.528	11.528	-
Gastos Operacionais	1	105.577	105.577	105.577	105.577	105.577	-	1	60.836	60.836	8	60.836	60.836	-

Fonte: SIRIEF

Tabela 33 – Indústrias transformadoras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

2015								2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	14.907	14.907	14.907	14.907	14.907	-	1	15.933	15.933	15.933	15.933	15.933	-
Endividamento	1	0	0	0	0	0	-	1	0	0	0	0	0	-
EBITDA	1	24.193	24.193	24.193	24.193	24.193	-	1	24.760	24.760	24.760	24.760	24.760	-
Volume de Negócios	1	68.849	68.849	68.849	68.849	68.849	-	1	64.233	64.233	64.233	64.233	64.233	-
Gastos Operacionais	1	45.767	45.767	45.767	45.767	45.767	-	1	40.197	40.197	9.189	40.197	40.197	-

Fonte: SIRIEF

**Tabela 34** – Transportes e armazenagem: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	15	-439.131	68.725	-215.470	-29.275	-10.895	65.845	15	-591.161	12.811	-252.922	-39.411	-8.767	74.064
Endividamento	15	21.269.680	5.787.226	0	1.417.979	420.736	2.077.918	15	22.537.618	6.431.804	0	1.502.508	415.208	2.173.696
EBITDA	15	545.138	504.399	-22.327	36.343	6.300	130.620	15	414.919	396.466	-122.091	27.661	6.824	109.102
Volume de Negócios	15	3.383.236	1.791.721	0	225.549	39.263	488.679	15	3.203.373	1.828.238	0	213.558	37.790	479.096
Gastos Operacionais	15	2.905.025	1.750.800	418	193.668	36.650	431.678	15	2.835.746	1.790.872	0	189.050	47.228	432.565

Fonte: SIRIEF

**C. LEGISLAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DO SEE**

Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
07.07.2015	II	Despacho n.º 7467/2015	Determina que fica designada a empresa Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E. P. E., para prestar os serviços de tráfego aéreo, nos termos e condições constantes do quadro Anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante
09.07.2015	I	Decreto-Lei n.º 131/2015	Mandata o membro do Governo responsável pela área do turismo para autorizar a alienação pela Amorim - Entertainment and Gaming International SGPS, S. A., da totalidade do capital social da Grano Salis - Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, S. A., bem como dos ativos de que esta seja direta ou indiretamente titular, à BL&GR, S. A., estabelecendo ainda as condições para a concessão dessa autorização
09.07.2015	I, 1.º Suplemento	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2015	Determina a realização de uma fase de negociações para um dos proponentes que procederam à apresentação de propostas vinculativas no âmbito do processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A.
09.07.2015	I, 1.º Suplemento	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2015	Determina a realização de uma fase de negociações para três dos proponentes que procederam à apresentação de propostas vinculativas no âmbito do processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S. A.
10.07.2015	II, 1.º Suplemento	Despacho n.º 7698-A/2015	Determina o período para a realização da fase de negociações e o prazo para se proceder à apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais no âmbito do processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S. A.
10.07.2015	II, 2.º Suplemento	Despacho n.º 7698-B/2015	Determina o período para a realização da fase de negociações e o prazo para se proceder à apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais no âmbito do processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A.
16.07.2015	I	Lei n.º 69/2015	Segunda alteração às Leis n.ºs 50/2012, de 31 de agosto, 73/2013, de 3 de setembro, e 75/2013, de 12 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, introduzindo clarificações nos respetivos regimes
17.07.2015	I	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2015	Determina a dissolução e estabelece o processo de liquidação da EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., tendo em vista a respetiva extinção
22.07.2015	II	Despacho n.º 8033/2015	Concessão da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela AdP - Águas de Portugal, S. G. P. S., S. A. junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial do projeto «Águas de Portugal A» - Tranche C



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
30.07.2015	I, 1.º Suplemento	Portaria n.º 225-A/2015	Cria um consórcio entre o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E. e a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa
06.08.2015	II	Portaria n.º 607/2015	Autoriza o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de EUR 282.161, 10 (duzentos e oitenta e dois mil, cento e sessenta e um euros e dez cêntimos), isentos de IVA, relativo ao contrato de prestação de serviços de Leitura e Relatório de Exames de Tomografia Axial Computorizada de Crânio e Vértebra Medular
07.08.2015	II	Despacho n.º 8682/2015	Autorização da manutenção da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela Electricidade dos Açores, SA e pela EDA Renováveis, SA com o BEI, para financiamento parcial do Projeto EDA POWER VIII
07.08.2015	II	Portaria n.º 609/2015	Autoriza o Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE, a assumir um encargo até ao montante máximo de 344.433,24 EUR (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três euros e vinte e quatro cêntimos) a que acresce o IVA, referente à aquisição de material de anestesia
12.08.2015	II	Despacho n.º 8954/2015	Autorização da manutenção da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A., junto do BEI - Banco Europeu de Investimento para financiamento parcial do Projeto «Desenvolvimento do Porto de Leixões»
13.08.2015	II	Portaria n.º 628/2015	Autoriza o Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE, a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de EUR 786.240,00 (setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo ao contrato de aquisição de serviços de digitalização, cópia e impressão
13.08.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 629-A/2015	Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de «Aquisição de serviços de limpeza nos edifícios, instalações técnicas, oficinais e material circulante do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.»
13.08.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 629-B/2015	Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de «Aquisição de serviços de Manutenção Completa das escadas mecânicas e tapetes rolantes das estações da rede do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.»
13.08.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 629-C/2015	Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de «Aquisição de serviços de limpeza das Estações e comboios do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.»
20.08.2015	I	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015	Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
24.08.2015	II, 2.º Suplemento	Despacho n.º 9660-A/2015	Aprova as peças do "Procedimento Pré-contratual para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S. A. e da STCP, S. A."
08.09.2015	II	Portaria n.º 677/2015	Autoriza o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E., a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de EUR 104.560,50, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo à aquisição de redes para hérnias
09.09.2015	II	Despacho n.º 10125/2015	Autorização da concessão da garantia do Estado às obrigações da Infraestrutura de Portugal, S. A., no âmbito das obrigações contraídas junto do BEI para financiamento parcial dos projetos «REFER V» e «REFER VI»
09.09.2015	II	Despacho n.º 10126/2015	Autorização da manutenção da garantia pessoal do Estado ao empréstimo contraído pela Parque Escolar, E. P. E., junto do CEB, no montante de EUR 250.000.000
09.09.2015	II	Portaria n.º 672/2015	Autoriza o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., a assumir um encargo para o ano de 2016 até ao montante máximo de EUR 231.845,86, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo ao contrato para a aquisição de reagentes para microbactérias e serologia infecciosa e demais bens necessários à realização das análises
09.09.2015	II	Portaria n.º 673/2015	Autoriza o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., a assumir um encargo para o ano de 2016, até ao montante máximo de EUR 595.199,32, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo ao contrato de aquisição de reagentes para microbiologia e demais bens necessários à realização das análises clínicas listadas
09.09.2015	II	Portaria n.º 674/2015	Autoriza o Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de EUR 757.800,00, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo aquisição de Hemogramas (conjunto de reagentes) e Automático Hematologia contagem de Reticulócitos
09.09.2015	II	Portaria n.º 675/2015	Autoriza o Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE, a assumir e a proceder à repartição de encargos relativos à aquisição de serviços de vigilância e segurança, até ao montante máximo de EUR 600.552,71, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor
10.09.2015	II	Portaria n.º 676/2015	Autoriza a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., a assumir e a proceder à repartição de encargos relativo à aquisição de serviços de gestão e exploração do Serviço de Imagiologia no montante máximo de EUR 6 000 000,00, isento de IVA
17.09.2015	II	Portaria n.º 694/2015	Autoriza o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E. a assumir um encargo relativo à aquisição de reagentes para Bioquímica-Urgência e Rotina com colocação de equipamentos



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
17.09.2015	II	Portaria n.º 695/2015	Autoriza o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E. a assumir um encargo relativo à aquisição de reagentes para Coagulação, Hematologia e Citometria com colocação de equipamentos
17.09.2015	II	Portaria n.º 696/2015	Autoriza o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E. a assumir um encargo relativo à aquisição de reagentes para imunologia, com colocação de equipamentos
18.09.2015	I	Portaria n.º 294/2015	Cria um consórcio entre o Centro Hospitalar de São João, E. P. E. e a Universidade do Porto, através da sua unidade orgânica Faculdade de Medicina
18.09.2015	I	Portaria n.º 295/2015	Cria um consórcio entre o Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. e a Universidade do Porto, através da sua unidade orgânica Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
18.09.2015	II	Portaria n.º 698/2015	Autoriza o Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE, a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de EUR 9.343.684,80 (nove milhões, trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e oitenta centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo ao contrato de aquisição de serviços de higiene e limpeza das instalações
21.09.2015	I	Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015	Autoriza a renovação do contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, celebrado entre o Estado Português e a EXMIN - Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S. A., relativamente ao qual a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., assumiu, em virtude do processo de fusão por incorporação da EXMIN, S. A., a posição de concessionária
23.09.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 717-A/2015	Autoriza a Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de "SUBCONCESSÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DO METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E."
24.09.2015	II	Despacho n.º 10628/2015	Delegação de competências no Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis, E. P. E., Dr. Paulo Carmona e Dr. José Reis, para assinatura das minutas dos contratos de concessão, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo nas áreas designadas por «Pombal» e «Batalha»
24.09.2015	II	Despacho n.º 10629/2015	Delegação de competências no Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis, E. P. E., Dr. Paulo Carmona e Dr. José Reis, para assinatura das minutas dos contratos de concessão, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo nas áreas designadas por "Aljezur" e "Tavira"
25.09.2015	II	Declaração n.º 195/2015	Aprovação do mapa de concretização dos bens a sujeitar a servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com carácter urgente, a pedido da AR - Águas do Ribatejo, E. M., S. A.
25.09.2015	II	Declaração n.º 196/2015	Aprovação da expropriação, com carácter de urgência, de uma parcela, a pedido da AR - Águas do Ribatejo, E.M., S. A.



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
25.09.2015	II	Declaração n.º 197/2015	Aprovação do mapa de concretização do bem a sujeitar a servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com caráter urgente, a pedido da AR-Águas do Ribatejo, E. M., S. A.
25.09.2015	II	Declaração n.º 199/2015	Aprovação da expropriação, com caráter de urgência, de várias parcelas, a pedido da AR - Águas do Ribatejo, E. M., S. A.
25.09.2015	II	Portaria n.º 720/2015	Autoriza a Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., a assumir um encargo até ao montante máximo de EUR 422 772,71 (quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e dois euros e setenta e um cêntimos), isento de IVA nos termos da legislação em vigor, relativo à aquisição da prestação de Seguros e Acidentes de Trabalho
29.09.2015	II	Despacho n.º 10793/2015	Determina a desafetação do domínio público ferroviário, sob gestão da Infraestruturas de Portugal, S. A., a parcela de terreno com a área de 695 m2, localizada entre os kms 20,197 e 20,347, do lado esquerdo do Ramal da Figueira da Foz, na freguesia de Liceia, no concelho de Montemor-o-Velho, no distrito de Coimbra
30.09.2015	II	Declaração n.º 201/2015	Aprovação do mapa de concretização do bem a sujeitar a servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com caráter urgente, a pedido da AR - Águas do Ribatejo, E. M., S. A.
30.09.2015	II	Despacho n.º 10838/2015	Desafetação do domínio público ferroviário, sob gestão da Infraestruturas de Portugal, S. A., a parcela de terreno com a área de 669 m2, localizada entre os Kms 23,335 e 23,435, do lado direito da Linha do Minho, na União de Freguesias de Bougado, no Município da Trofa, no distrito do Porto